

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JANNAH BRUNA MIRANDA DE OLIVEIRA

POETICAMENTE CULTIVA A MULHER O MUNDO
GÊNERO E AGROECOLOGIA CONSTRUINDO SABERES, SUJEITOS E
AUTONOMIA

RECIFE
2020

JANNAH BRUNA MIRANDA DE OLIVEIRA

**POETICAMENTE CULTIVA A MULHER O MUNDO
GÊNERO E AGROECOLOGIA CONSTRUINDO SABERES, SUJEITOS E
AUTONOMIA**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Laeticia Medeiros Jalil.

RECIFE
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48p

Oliveira, Jannah Bruna Miranda de

Poeticamente cultiva a mulher o mundo: gênero e agroecologia construindo saberes, sujeitos e autonomia / Jannah Bruna Miranda de Oliveira. - 2020.

70 f. : il.

Orientadora: Laeticia Medeiros Jalil.

Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em Ciências Sociais, Recife, 2021.

1. mulheres rurais. 2. agroecologia. 3. gênero. 4. sustentabilidade da vida. 5. cadernetas agroecológicas. I. Jalil, Laeticia Medeiros, orient. II. Título

CDD 300

JANNAH BRUNA MIRANDA DE OLIVEIRA

**POETICAMENTE CULTIVA A MULHER O MUNDO
GÊNERO E AGROECOLOGIA CONSTRUINDO SABERES, SUJEITOS E
AUTONOMIA**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado
em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural
de Pernambuco como requisito para a obtenção do
título de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovado em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Laetícia Medeiros Jalil
Orientadora (UFRPE - Departamento de Ciências Sociais)

Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro de Lima Oliveira
Examinadora (UFRPE - Departamento de Ciências Sociais)

Prof^ª. Dr^ª. Lorena Lima de Moraes
Examinadora Externa - Unidade Acadêmica de Serra Talhada UAST

A todas as mulheres que
reexistem.

AGRADECIMENTOS

Tendo aprendido a ser só, descobri que é na coletividade que a vida se faz. A essas pessoas conhecidas e anônimas que, ao cruzarem meu caminho, deixaram um tanto de si, e me fizeram descobrir um tanto de mim, sou grata.

À minha mãe, casa de meu corpo, que olha para mim enquanto eu olho o mundo, por nunca enfraquecer na lida de mãe solo, mesmo cansada, e que mesmo atada às suas raízes me ensinou a ter asas. *Gracias* por me preparar tão bem para essa aventura.

À Bruno, companheiro do fim do mundo, amor, amigo, parceria forte nas horas de desalento, de trabalho e de cervejinha, por me ensinar sobre árvores e sobre amor nos tempos do corona. *Gracias* por nosso carinho cultivado dia a dia e por acreditar tanto em mim.

À professora Laeticia Jalil, por ter me aberto os caminhos, por todo o apoio, estímulos e puxões de orelha, mas especialmente por inspirar e instruir tanto sobre generosidade, paixão e belezas.

À professora Júlia Benzaquen por inspirar dedicação, e ao professor Paulo Afonso por inspirar alegre rebeldia.

Às professoras Lorena Moraes (UFRPE/UAST) e Socorro Lima (PREG/UFRPE) por aceitarem fazer parte da banca avaliadora, pela presença cordial do que nos une e orienta na caminhada.

Às minhes companheiros do Núcleo Jurema - Feminismos, Agroecologia e Ruralidades, Luiza Silva, Karine Pereira, Luana Silva, Mylena Raiza, Nara Pinilla, Maria Clara, Maria Emília, Domênica Rodrigues e Claudivam Silva, *gracias* por tudo e por me ensinarem sobre a força e a beleza do trabalho coletivo.

A todo o corpo docente e de funcionárias/os do Departamento de Ciências Sociais pelo trabalho de fazer acontecer esse curso. A todas/os colegas de curso e das turmas por que passei, e às/aos que se tornaram amigas/os a partir disso.

À Universidade Federal Rural de Pernambuco, pelo apoio, casa e alimento, onde tanto aprendi e vivi ao longo desses anos.

A todas as mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia, e todas as outras que teceram a pesquisa das Cadernetas Agroecológicas, referências da vida, que me firmaram os pés no feminismo, e me fizeram ter a certeza de que estou do lado certo na caminhada.

À Graciete Santos por ter me dado a honra de participar da banca avaliadora do pré-projeto de monografia, por suas contribuições valiosas e por inspirar uma luta afetuosa.

À Gesis Santos, minha irmã da vida, a Rai Auri, irmão que ganhei na universidade, e às muitas amigas e amigos queridas/os, que me acolheram em tempos de desabrigo, com quem compartilhei riso e choro, aprendi e aprendo, pude e posso contar nessa caminhada da vida, que nunca foi fácil (quem diria?), mas se tornou mais doce quando através dessas pessoas, que não listo aqui, mas que carrego comigo, pude aprender o verdadeiro significado da palavra amizade.

Às mulheres agricultoras agroecológicas que nos inspiram da semente ao fruto.

Por fim, a todas as mulheres que vieram antes de mim. Seguiremos lutando e cultivando um novo mundo, até que todas sejamos livres.

RESUMO

As desigualdades de gênero no mundo rural produzem a invisibilidade das mulheres rurais no que concerne às suas atividades produtivas e reprodutivas na agricultura familiar, afetando também as representações sociais e o seu próprio reconhecimento enquanto trabalhadoras e sujeitos políticos e sociais. Assim, através de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e bibliográfico, e utilizando os conceitos de gênero e patriarcado, este estudo pretende refletir sobre a construção do conhecimento das mulheres agricultoras agroecológicas a partir da pesquisa das Cadernetas Agroecológicas como uma ferramenta político-pedagógica de reconhecimento de sua atividade produtiva e de transformação social. O estudo revelou que, ao ressignificarem o conceito de saber estreitamente relacionado à experiência coletiva de construção desse saber sobre suas capacidades produtivas, mas também sobre suas subjetividades e formas ancestrais de cuidado da vida humana e não humana, as mulheres ressignificam o seu próprio ser no mundo, reivindicando um status de sujeitos sociais e políticos constituídos a partir de seus corpos, vivências e territórios.

Palavras-chave: mulheres rurais; agroecologia; gênero; sustentabilidade da vida; cadernetas agroecológicas.

RESUMEN

Las desigualdades de género en el mundo rural producen la invisibilidad de la mujer rural respecto a sus actividades productivas y reproductivas en la agricultura familiar, afectando también las representaciones sociales y su propio reconocimiento como trabajadoras y sujetos políticos y sociales. Así, a través de una investigación cualitativa de carácter exploratorio y bibliográfico, y utilizando los conceptos de género y patriarcado, este estudio pretende reflexionar sobre la construcción del conocimiento de las mujeres agricultoras agroecológicas a partir de la investigación de las Libretas Agroecológicas como herramienta político-pedagógica de reconocimiento de su actividad productiva y de la transformación social. El estudio reveló que, al replantear el concepto de conocimiento estrechamente relacionado con la experiencia colectiva de construir este conocimiento sobre sus capacidades productivas, pero también sobre sus subjetividades y formas ancestrales de cuidar la vida humana y no humana, las mujeres resignifican su propio ser en el mundo, reivindicando el estatus de sujetos sociales y políticos constituidos a partir de sus cuerpos, vivencias y territorios.

Palabras-clave: mujeres rurales; agroecología; género; sostenibilidad de la vida; cuadernos agroecológicos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A Caderneta Agroecológica	49
Figura 2 - Número de anotações por relação econômica	55
Figura 3 - Valor total da produção por relação econômica	55

LISTA DE SIGLAS

ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CTA-ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
GT de Mulheres	Grupo de Trabalho de Mulheres
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTQIA+	Gays, lésbicas, bissexuais, transgênero, transexuais, travestis, intersexo, assexuais e outras.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PSI	Programa Semear Internacional
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. TORNAR-SE SUJEITO: HISTÓRIA DAS LUTAS E QUESTÕES DO FEMINISMO	
CAMINHOS TEÓRICOS	22
1.1. Os caminhos do feminismo na história.....	24
1.2 Movimentos de mulheres e feminismos no Brasil.....	26
1.3 Gênero e patriarcado: categorias-chave de análise.....	29
2. MULHERES E AGROECOLOGIA: REPENSANDO O VIVER	36
2.1 Agroecologia e as novas relações entre natureza e sociedade.....	36
2.2 O rural e as representações do sujeito mulher	39
2.3 A mulher agricultora agroecológica: uma identidade política	42
3. SABER FAZENDO: AS EXPERIÊNCIAS DA CONSTRUÇÃO DO	
CONHECIMENTO DAS MULHERES	47
3.1 O fazer: metodologias feministas na construção de sujeitos.....	49
3.2 A pesquisa das Cadernetas Agroecológicas	51
3.2.1 O que a Caderneta revela	56
4. RESSIGNIFICAR O SABER, REVELAR O SER, TRANSFORMAR O MUNDO ..	59
5. POETICAMENTE CULTIVA A MULHER O MUNDO	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

*Cambia lo superficial
Cambia también lo profundo
Cambia el modo de pensar
Cambia todo en este mundo*

*Cambia el clima con los años
Cambia el pastor su rebaño
Y así como todo cambia
Que yo cambie no es extraño*

*Y el más fino brillante
De mano en mano su brillo
Cambia el nido el pajarillo
Cambia el sentir un amante*

*Cambia el rumbo el caminante
Aunque esto le cause daño
Y así como todo cambia
Que yo cambie, no extraño*

Mercedes Sosa

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, que marca o fim de um ciclo, é também a proposta de uma reflexão mais demorada – não no sentido produtivista do termo – sobre um tema que funda, ao longo desta jornada acadêmica, a necessidade de uma compreensão pessoal mais apurada sobre um *ser* que se sabe social, coletivo, complexo e diverso. É, portanto, uma reflexão localizada, inscrita dentro de uma interseccionalidade¹ de um corpo que pensa e age no mundo que junto a outros corpos que lhe são comuns formula uma singularidade geradora de identidades a partir de suas diferenças.

Assim, permeia sensivelmente uma leitura sobre *o sujeito* não um sujeito como ponto de partida, tela em branco, sem passado nem futuro, estático e assexuado, mas entendido como resultado de uma complexa e dinâmica relação de dimensões sociais, étnicas, sexuais, políticas, ecológicas que lhe determinam profundamente.

Ousar falar sobre o que constitui o sujeito, que se inscreve dentro de uma subjetividade determinada dentro das esferas política, social e individual, é aqui muito mais que um trabalho meramente descritivo ou teórico, mas também político, de falar sobre um tipo de sujeito a quem foi negado historicamente e através de alguns mecanismos o direito de sê-lo, de ter sua subjetividade reconhecida e de reconhecer-se nela.

Para isso, este estudo parte de uma experiência que é tanto individual quanto coletiva, como é o processo de tornar-se sujeito político e social a partir de uma construção político-pedagógica que produz novos sentidos e subjetividades sobre esse ser mulher, uma categoria em disputa. Mulheres de distintos lugares, com distintas histórias e caminhos, personagens reais que tecem uma nova história a partir de suas próprias experiências, diversas em

¹ A *interseccionalidade* é entendida enquanto uma ferramenta de análise de como as relações interseccionais de poder que envolvem raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade e outros marcadores da diferença influenciam nas relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade e afetam todos os aspectos do convívio social (Patricia Hill COLLINS e Sirma BILGE, 2020), sendo também uma proposta teórica que leva em conta as múltiplas e complexas fontes das identidades na construção do conhecimento (Kimberlé W. CRENSHAW, 1989; 1994).

essência, mas únicas no sentido de conquistar uma vida de autonomia, igualdade de direitos e liberdade individual e coletivamente.

Não há, portanto, como falar de sujeitos e identidades antes de uma reflexão sobre os processos que os constituem. A construção de uma autonomia pessoal, política e econômica, tem que necessariamente percorrer o caminho de uma reflexão sobre vivências pessoais e uma compreensão sobre como se manifestam e estruturam as desigualdades de raça, classe, gênero e sexualidades que permeiam esses sujeitos.

Assim, este estudo se insere dentro de um amplo projeto teórico-epistemológico e político enquanto instrumento de transformação social que, através da reflexão sobre os processos de produção de identidades e subjetividades das mulheres, busca produzir re-conhecimentos sobre suas atividades e modos de *ser-fazer* a vida historicamente invisibilizados. Para isso, estruturamos o trabalho em algumas partes que tecem um fio de pensamento.

Na primeira parte, faremos uma síntese sobre os caminhos históricos dos movimentos feministas e de mulheres no mundo e no Brasil; apresentamos também um esboço sobre as teorias feministas a partir do *gênero* e *patriarcado* como categorias-chave para uma leitura e compreensão das desigualdades sociais que se produzem a partir de uma distinção assimétrica e hierárquica entre sexos e sexualidades; também traremos uma atualidade das teorias feministas, e de como, junto à agroecologia, contribuem para o debate sobre as questões ambientais e a reflexão da sociedade orientada para uma sustentabilidade da vida². Neste ponto, pensamos como a indissociabilidade entre os feminismos e a agroecologia é fundamental nesta orientação para uma redefinição do mundo da vida, seja no modelo dominante de produção

² Aqui o conceito de sustentabilidade da vida se apoia no trabalho de Cristina Carrasco (2003), e fala da forma como cada sociedade lida com a reprodução da vida humana, dos processos de gestão, organização e cuidado da vida que, com a industrialização e o desenvolvimento do sistema capitalista, se tornaram cada vez mais invisíveis, mas isto não alterou o fato de que os lares continuam sendo o centro, e as mulheres os sujeitos de gestão desses processos. A teoria feminista se consolida a partir de uma ideia de recuperar essa perspectiva da reprodução humana enquanto uma preocupação analítica central para se pensar os conflitos dentro do sistema socioeconômico.

agrícola, seja na atividade econômica, seja nas dimensões do trabalho produtivo e reprodutivo³.

O segundo capítulo traz uma reflexão sobre como os movimentos de mulheres e a agroecologia contribuem para as propostas de transformações nas relações entre natureza e sociedade, considerando que o atual modelo de desenvolvimento agrícola do sistema capitalista que se consolidou a partir da revolução verde é social, política e ecologicamente insustentável. Além disso, apresentamos uma caracterização do meio rural e as representações do sujeito mulher neste espaço, trazendo o conceito de divisão sexual do trabalho para pensar como as atividades produtivas das mulheres, e a sua própria representação enquanto trabalhadoras rurais são invisibilizadas.

Por fim, fazemos uma caracterização da *mulher agricultora agroecológica* enquanto uma categoria política e identitária que, constituída coletivamente desde uma perspectiva feminista e questionando a representação social da mulher e as relações desiguais de poder no campo, lança aportes para a construção do conhecimento agroecológico e para o projeto de um desenvolvimento rural sustentável.

Na terceira parte trazemos algumas reflexões sobre a produção do conhecimento científico e o critério de objetividade da ciência positivista ocidental como uma racionalidade posicionada, em que o objeto do conhecimento, em separado e inferiorizado em relação ao sujeito cognoscente, é apenas matéria para a produção de poder deste. Em contrapartida a isso, as teorias feministas se posicionam como um questionamento a esse modelo de ciência, e para a afirmação das mulheres – entendidas em sua multiplicidade – enquanto sujeitos cognoscentes, produtoras de um conhecimento crítico, reflexivo e localizado que produza sentidos sobre a experiência humana.

Neste processo, nos orientamos pelo trabalho de importantes teóricas/os feministas, o que sabemos ser um grande desafio teórico, conceitual e

³ O trabalho produtivo diz das atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, dotadas de um *status* social elevado e geralmente associadas aos homens; e o trabalho reprodutivo diz das atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento (Butto et al., 2011, p. 12), ou seja, atividades de cuidados da casa, da família e de manutenção da casa, geralmente associadas às mulheres.

metodológico quando, por falarmos de construção do conhecimento, somos levadas/os para o conceito de epistemologia, muito bem localizado e dentro de um modo dominante de produção do conhecimento científico, marcadamente androcêntrico, (hetero)patriarcal, racista, eurocêntrico, colonialista e orientado para o poder, ainda que discursivamente se oriente para uma suposta busca da “verdade” ou da universalidade, o que define um campo e uma forma de produzir conhecimento.

Assim, o que tradicionalmente é considerado saber reveste seus detentores de poder e desenha uma linha assimétrica que separa o mundo entre os que produzem conhecimento e são referenciados e autorreferenciados a partir de seus pares versus os/as “outros/as”, colocados/as em posição de objeto e não de sujeito, subordinados/as a uma forma de interpretar o mundo que não é a sua e cujos discursos e vozes são sistematicamente colocados à margem ou apagados ao longo da história (Grada KILOMBA, 2019). Dentro dessa categoria de “outros/as” se distribuem assimetricamente as mulheres, as mulheres negras, povos originários do sul global e do Oriente e pessoas LGBTQIA+.

A partir disso, contaremos um pouco sobre as experiências da construção do conhecimento das mulheres dentro do projeto *Os quintais das mulheres e a caderneta agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil*, uma parceria entre a Universidade Federal de Viçosa e a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

Neste projeto, o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e sua atuação em conjunto a diversas mulheres do campo e da cidade, das matas, das águas e do sertão, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, puderam mensurar a atividade produtiva de mulheres agricultoras de cinco regiões do Brasil, permitindo perceber as dimensões dessa atividade produtiva, mas também olhar para suas estratégias de reprodução

socioeconômica e para as relações sociais e ecológicas que estabelecem desde as suas distintas realidades, corpos e territórios (Lilliam TELLES *et al.*, 2018).

Neste ponto destaco a minha participação nas etapas finais da fase da pesquisa que se desenvolveu entre 2016 e 2018, onde estiveram presentes nos seminários finais as agricultoras-pesquisadoras⁴, representantes de organizações da sociedade civil, professoras, pesquisadoras, estudantes, militantes dos movimentos sociais, técnicas de ATER⁵, e demais parceiras do campo agroecológico e feminista, que juntas em rede teceram esse trabalho coletivo, apresentando, refletindo e discutindo os resultados e os passos adiante. Os produtos desse processo, e o próprio processo em si, foram uma fonte importante de recursos e inspiração para a realização deste estudo.

A partir disso, pensamos como as metodologias e epistemologias feministas, juntas à perspectiva agroecológica, têm contribuído para as transformações nas relações socioeconômicas das mulheres agricultoras agroecológicas e para a geração de sua autonomia política, social e econômica através de sua elevação à categoria de sujeitos políticos fundamentais para a efetivação do conhecimento agroecológico no seu potencial transformador e político.

Carregar mulheres na teoria e falar sobre as experiências de mulheres enquanto uma mulher cisgênero, latino-americana, da classe operária é, portanto, uma postura política no enfrentamento ao *epistemicídio* (Aparecida Sueli CARNEIRO, 2005) praticado pela ciência tradicional, colocando na centralidade da produção do conhecimento as nossas próprias histórias e experiências, adentrando no terreno da subjetividade, das diferenças e tomando esse conhecimento como um instrumento de ação para a transformação de nossa realidade. Intentamos saber e fazer um conhecimento com cores, sabores, territórios, identidades, afetividades e sonhos, em protesto a uma ciência falsamente suposta neutra, dicotômica, violenta e desencantada.

⁴ Aqui utilizamos a categoria de *agricultoras-pesquisadoras* para demonstrar que as agricultoras agroecológicas assumem na pesquisa a qualidade de atoras, portanto de sujeitos, e não de um simples objeto a ser estudado, quando foi a partir de suas realidades, vivências e necessidades expressas ao longo das reuniões, que se orientou todo o processo.

⁵ Assistência Técnica e Extensão Rural

Metodologicamente, a pesquisa se caracteriza como participativa e de natureza qualitativa e exploratória, quando se baseia nos produtos e relatos do processo da pesquisa das Cadernetas Agroecológicas, como relatórios e notas pessoais dos encontros, relatórios dos seminários regional e nacional, e também numa pesquisa bibliográfica a partir das elaborações da teoria feminista relacionadas aos temas apresentados.

Apesar da proposta de uma análise das subjetividades que produzem sentidos aos sujeitos apontar para uma abordagem fenomenológica, compreendemos que os fenômenos sociais não são independentes, mas estão entrelaçados a questões estruturais, como as relações de poder, as estratificações sociais e as desigualdades de raça, classe e gênero, que não podem ser ignorados na análise sociológica (Maria Cecília MINAYO, 2004).

Assim, este trabalho se inscreve nos moldes de uma pesquisa qualitativa e participativa, que, ao estudar o humano naquilo que lhe é mais particular – sua cultura, seus costumes –, recusa a via da ciência cartesiana em sua forma de quantificar dados rígidos para transformá-los em leis gerais, e tem atenção especial para aquilo que é não-quantificável dessa experiência, sendo necessário muitas vezes desenvolver métodos específicos de análise, que se adequem às distintas vivências e realidades.

Para Maria Cecília Minayo (2008), nas Ciências Sociais, a pesquisa qualitativa se ocupa desse universo de significados, motivos e aspirações, crenças, valores e atitudes, fenômenos humanos entendidos como parte da realidade social, onde o universo da produção humana pode ser resumido nas relações, representações e intencionalidade, dificilmente traduzidos em números e indicadores quantitativos (MINAYO, 2008, p. 21).

E é uma pesquisa participativa porque considera essa forma outra de construção do conhecimento, com uma nova relação entre pesquisadora e pesquisada, um trabalho coletivo de diferentes sujeitos sociais para a construção do conhecimento e para a formação partilhada da consciência, de forma a alcançar a emancipação social e a educação política das envolvidas (CHIZZOTI, 2008).

Portanto, para uma efetividade na produção da transformação dos estudos, seja nas Ciências Sociais, seja na Agroecologia⁶, rompendo com a lógica tradicional científica e buscando dar visibilidade para as autorias femininas, ao longo do texto utilizaremos seus nomes completos em todas as suas primeiras citações, além de flexionarmos o gênero de algumas palavras para repensarmos sobre as relações de poder que se expressam também na linguagem, quando o gênero masculino é utilizado para ao mesmo tempo apagar e definir identidades distintas.

Desse modo, as teorias feministas, por se localizarem nesse lugar da produção científica a partir de uma relação outra entre sujeitos e de uma forma outra de representar o conhecimento, estão longe de apresentar uma elaboração homogênea ou mesmo definida, mas constituem um forte movimento de crítica ao *modus operandi* da produção científica e também de ações e propostas alternativas a esse modelo.

Por conta disso, tomamos como referência para este escrito, sobretudo, os trabalhos de teóricas localizadas neste mesmo território da escrita de si, no reconhecimento de nossas próprias “tecnologias semióticas” para a reescrita de nossa história e para constituição de um mundo “que possa ser parcialmente compartilhado e amistoso em relação a projetos terrestres de liberdade finita, abundância material adequada, sofrimento reduzido e felicidade limitada” (Donna HARAWAY, 1995: 16).

Diante disso, a partir das experiências das mulheres na construção do conhecimento agroecológico, buscamos contribuir para a produção em Ciências Sociais na reflexão sobre a construção social de todas as formas de conhecimento, que considere identidades, subjetividades e histórias de vida distintas, e não de um conhecimento específico, em que todos os outros tenham que estar sujeitos para serem sujeitos. Evidentemente que, apesar da aparente pretensão, compreendo que isto é apenas o começo de uma trajetória, onde os muitos limites teóricos e metodológicos que se apresentam aqui possam se

⁶ O conceito de agroecologia será melhor explicitado adiante.

expandir para outras compreensões e horizontes férteis de um futuro mais digno para todas e todos.

Final de ciclo, mas começo da travessia.

1. TORNAR-SE SUJEITO: HISTÓRIA DAS LUTAS E QUESTÕES DO FEMINISMO

CAMINHOS TEÓRICOS

*Uma gota de leite
me escorre entre os seios.
Uma mancha de sangue
me enfeita entre as pernas
Meia palavra mordida
me foge da boca.
Vagos desejos insinuam esperanças.
Eu-mulher em rios vermelhos
inauguro a vida.
Em baixa voz
violento os tímpanos do mundo.
Antevejo.
Antecipo.
Antes-vivo
Antes – agora – o que há de vir.
Eu fêmea-matriz.
Eu força-motriz.
Eu-mulher
abrigo da semente
moto-contínuo
do mundo.*

Eu-mulher, Conceição Evaristo

Toda a história das mulheres parece ser uma história de lutas pelo direito de existir. Essa é uma afirmação em que o fundamento está para além e antes dos livros. Sabe muito bem toda pessoa que se compreende enquanto uma, nesse enredo em que, como diz Michelle Perrot (2007), somos testemunhas e atrizes. Mas essa história de lutas tem muitos matizes e não se restringe às sociedades europeias e norte-americanas da literatura clássica sobre o tema, que só começaram a elaborar uma historiografia das mulheres num tempo muito recente (PERROT, 2007, p. 19).

Ao longo do tempo e em diferentes lugares do mundo, mulheres existiram e exerceram papéis importantes na história da humanidade, das hoje já conhecidas Hipátia, Cleópatra, Joana D'arc, às tantas e tantas mulheres anônimas, de muitas formas, cores e lugares, que foram sistematicamente

apagadas na escrita dessa história, confinadas nos seus lares, apartadas de sua subjetividade e de suas vozes, do direito ao corpo e de existir enquanto sujeitos, que não falavam de si nem por si e, quando muito, eram mais imaginadas que descritas ou contadas (PERROT, 2005, p. 11), esculpindo uma sólida e imbricada imagem do sujeito *mulher*.

O mito da criação, da perdição e da salvação que caracterizam a razão judaico-cristã das sociedades ocidentais são um exemplo primário. O criador e sua imagem, o salvador do mundo é o homem; a mulher é Eva, portadora do pecado original, que condenou a humanidade à desgraça.

O pensamento intelectual ocidental já definiu a mulher enquanto fruto de um mau princípio criador do caos e das trevas, em oposição ao homem, inscrito num bom princípio de ordem e luz (Pitágoras apud Simone de BEAUVOIR, 1970). Mas mesmo na atualidade e em sociedades de orientações culturais e religiosas muito distintas, como a China, por exemplo, as mulheres ainda são mantidas em uma posição secundária e subordinadas a uma organização social fortemente patriarcal⁷.

Mas essa condição - relativamente - comum em diferentes organizações sociais, políticas e culturais fez surgir, junto aos grandes movimentos de transformação das sociedades, movimentos de mulheres que de alguma forma divergiam desse ordenamento, e reivindicavam através de suas vozes e ações o seu espaço político na luta por direitos, fosse à vida de seus comuns, fosse a sua própria, pela garantia da alimentação, pela preservação das águas e florestas, pelo combate às violências, contra as opressões e por igualdade de direitos e oportunidades, em defesa de seus territórios, pelo seu reconhecimento enquanto cidadãs, sujeitos/as com desejos e subjetividades, experiências e histórias distintas, muitas destas breves, porque vitimadas por uma violência estrutural e estruturada na concepção de um “sujeito original” fundada no masculino.

⁷ O *patriarcado* é entendido aqui, a exemplo de Heleieth Saffioti (2015), como um regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens, e será melhor abordado mais adiante.

1.1. Os caminhos do feminismo na história

As sociedades europeia e norte-americana, cujos discursos da ciência e filosofia foram e ainda são legitimadores das desigualdades entre mulheres e homens, são - não por acaso - descritas como o centro dos primeiros movimentos civis pela conquista de direitos das mulheres do final do século XIX ao século XX, caracterizando o período histórico que é entendido como o feminismo moderno. Neste período, elaborou-se um entendimento de que tanto homens quanto mulheres eram iguais do ponto de vista moral e intelectual, e por isso as reivindicações se pautavam no direito ao voto, à participação política e à vida pública. É neste período que se configura a primeira onda do feminismo ocidental.

Mas desde antes, no século XV, as mulheres já contestavam o ideal universal de humanidade do Iluminismo, quando este não as incluía (Carla Cristina GARCIA, 2011, p. 26), e questionavam também a tradição misógina dos que eram considerados grandes pensadores e poetas (*idem*, p. 27) além de reivindicarem o reconhecimento de sua condição de sujeitos/as dotadas de intelecto e qualidades “naturalizadamente” atribuídas aos homens, e de valores humanos desprezados porque relacionados ao feminino (*idem*, p. 29). Este período é entendido como sendo onde germinaram as primeiras ideias para os movimentos feministas que viriam a se formar posteriormente, ou um feminismo pré-moderno.

De qualquer forma, as mulheres das *querelles de femmes*⁸, as protestantes da Reforma⁹ que encontraram nas doutrinas heréticas relativo reconhecimento social e as nobres damas que organizavam os grandes salões da aristocracia do Antigo Regime francês não chegaram a formular uma crítica a partir do seu lugar social, nem demonstraram uma compreensão de que as opressões de

⁸ “A “querelle”, no século XVI, era um debate literário e filosófico, predominantemente entre homens, sobre as capacidades intelectuais e amorosas das mulheres”. (Joan SCOTT, 2001, p. 367)

⁹ A Reforma Protestante foi um movimento reformista cristão do século XVI iniciado por Martinho Lutero na ocasião de sua contestação a algumas práticas e princípios da Igreja Católica que, no entendimento de que todos os indivíduos verdadeiramente crentes eram dignos do sacerdócio a Deus, possibilitou às mulheres relativa dignidade, com o acesso aos estudos e a voz no espaço público das igrejas (GARCIA, 2011).

gênero - ou as reivindicações por reconhecimento dentro do universo masculino - que viviam eram distintas se vistas sob outro ponto.

Já no século XX, entre as décadas de 50 e 70, muito favorecidos pelo maior acesso às universidades, os movimentos feministas começaram a elaborar teorias sobre essa “condição comum” de opressão das mulheres, que identificavam uma estrutura baseada numa distinção entre sexos e na exploração de capacidades reprodutivas, nos colocando socialmente, mesmo em nossas diferenças, numa situação de desvantagem em relação aos homens. É nesse contexto que se aprofundam as discussões sobre a arquitetura dessa estrutura patriarcal, revelando suas estruturantes.

Enquanto os movimentos feministas das mulheres de um contexto branco, com formação universitária, de classe média e alta das sociedades europeias e norte-americanas lutavam em favor da democracia e do trabalho e contra a violência sexual, as mulheres negras também lutavam e resistiam a toda má sorte de opressões e violências simbólicas, mentais, físicas e espirituais (bell HOOKS, 2015), produzidas pela escravidão, que foi propulsora do racismo estrutural e do capitalismo através da exploração do trabalho e dos corpos negros. Muito longe de ser uma questão de sorte, e da intenção de aqui contrapor histórias de vida, se tornava evidente que as mulheres experimentavam, de forma assimétrica e distinta, suas opressões de gênero.

Havia uma distinção de lugares em que cada mulher ocupava na sociedade, das mulheres brancas às negras e brancas pobres, sem marido, sem filhos, que jamais poderiam concorrer ou acessar cargos de trabalho equivalentes aos dos homens brancos (bell HOOKS, 2015, p. 194), e foi o encontro ou o eco dessas vozes no espaço público que provocou uma fissão no conceito de *mulher*, permitindo perceber essa distinção, que não poderia ser compreendida apenas de uma perspectiva sexista e homogênea, mas num entrecruzamento das categorias de gênero, raça/etnicidade e classe social.

Neste ponto, impulsionado pelo movimento negro, se elaboram os debates sobre políticas identitárias para se pensar as diferenças dentro do

feminismo, onde a condição de desigualdade das mulheres negras vinha sendo suprimida pelas demandas de gênero das feministas brancas.

Ainda assim, o século XX foi bastante significativo no sentido de garantir que os movimentos de mulheres avançassem a nível mundial na reivindicação do direito ao voto, à propriedade, à autonomia econômica, aos direitos trabalhistas, sexuais e reprodutivos, à proteção contra a violência doméstica, assédio e estupro (Hildete MELO e Débora THOMÉ, 2018).

Por fim, a última fase do feminismo teve início nos debates sobre as políticas de identidade provocados, sobretudo, pelo movimento negro e movimento LGBT do final dos anos 90, convergindo com um cenário de mudanças profundas nas sociedades ocidentais, com a consolidação e expansão do imperialismo estadunidense, a dissolução da União Soviética e das ditaduras na América Latina, o *boom* tecnológico e a revolução na comunicação provocados pela internet (Beatriz FRANCHINI, 2017). Nesse período, o movimento feminista adquire um caráter mais difuso e atomizado, aprofundando o conceito de identidade e ao mesmo tempo se contrapondo à ideia do “problema feminino” e da sua nomeação das fases anteriores, além de tornar públicas pautas antes restritas ao mundo privado, como a sexualidade, o aborto, direitos reprodutivos, saúde, e trabalho reprodutivo.

Ainda não há consenso sobre se já exista uma quarta fase do feminismo, com o uso massivo das redes sociais como ferramenta de articulação, organização e propagação de suas ideias, sobretudo relacionadas à cultura do estupro, abusos e violências, representações da mulher, além da rejeição ao rótulo de feminismo, por considerar que a luta extrapola os direitos das mulheres, mas inclui também outros corpos afetados por essa estrutura de opressões.

1.2 Movimentos de mulheres e feminismos no Brasil

Assim como na Europa e Estados Unidos os movimentos sufragistas inauguraram o feminismo como movimento social e político mais organizado, no Brasil o ponto de partida se deu nas primeiras décadas do século XX, a partir da luta das mulheres por direitos políticos e participação eleitoral, sobretudo impulsionada e liderada pela figura de Bertha Lutz¹⁰. Mas os movimentos de mulheres da época não se resumem a esse contexto que a rodeava, das mulheres de classes mais altas, com formação acadêmica e relativa vida pública; há o registro de movimentos de mulheres entre as classes médias e populares que aconteciam paralelamente ao desenvolvimento do feminismo no país. (Céli Regina PINTO, 2003).

Céli Regina Pinto (2003) fala de pelo menos três vertentes da primeira fase do feminismo no Brasil: a primeira, mais forte e organizada, liderada por Bertha Lutz, cujo tema central é a “incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos”, um feminismo “bem comportado”, que não questionava as relações de poder e de gênero, apenas propunha a inclusão das mulheres como cidadãs; e a segunda, entendida como um feminismo difuso possuiu um campo mais vasto de questões, se expressando na imprensa feminista alternativa com a defesa da educação para mulheres, questionando a dominação dos homens e seu interesse em manter a mulher restrita ao mundo privado; e a terceira, que surge nos movimentos anarquistas e de esquerda, defendendo a liberação das mulheres, tendo muitas vezes como centralidade a questão da exploração do trabalho, articulando as teses feministas aos ideários anarquistas e comunistas (PINTO, 2003, p. 14-15).

É interessante perceber que na Constituição republicana de 1891, as mulheres sequer eram citadas no texto que tratava dos que eram aptos ou não a se alistarem como eleitores, não estando nem mesmo entre mendigos e analfabetos (*idem*, p. 16). Isso demonstra que as mulheres, mesmo as com certo grau de instrução e acessando o mundo do trabalho, não eram tidas no senso

¹⁰ Bertha Lutz (1894-1976), bióloga de formação, zoóloga de profissão, viveu e estudou na Europa onde teve conhecimento do movimento sufragista inglês e, ao retornar ao Brasil, se dedicou à luta pelo voto feminino, se tornando uma das maiores líderes na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras. Fonte: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/plano-nacional-de-acao-sobre-mulheres-paz-e-seguranca/14884-bertha-lutz>

comum como indivíduos, e, estando “naturalmente” excluídas da política, não se caracterizavam como sujeitos políticos. Foi a partir de 1910, com o processo de urbanização que favoreceu o surgimento das classes média e operária, que se formaram as condições para as reivindicações de direitos e liberdades e para o aparecimento de novas propostas de organização da sociedade, onde o movimento de mulheres se apresentou como uma força de estratégia mais complexa, voltada para o seu reconhecimento enquanto sujeitos de direitos.

[...] longe das preocupações com os direitos políticos que ocupavam as principais feministas da época, um conjunto de manifestações de operárias e de intelectuais de esquerda sobre a condição da mulher mostra com muita clareza que, já naquele momento, a questão de gênero era percebida como um aspecto organizador de um dos elementos estruturantes das desigualdades presentes nas relações de trabalho. (PINTO, 2003, p. 34)

Entre as décadas de 60 e 70, o Brasil estava na contramão dos movimentos que eclodiam no Ocidente. Enquanto uma geração de jovens, fruto da Segunda Guerra Mundial, questionavam os valores do capitalismo norte-americano e do sonho socialista europeu, aqui se enfrentava um período de regime autoritário, com “cassação de direitos políticos, censura, prisões arbitrárias, tortura, desaparecimentos, exílio” (PINTO, 2003, p. 42-43).

Ainda assim, foi durante a década de 70 que o movimento feminista surgiu e se desenvolveu com força, mesmo sob um campo político completamente reduzido pelo regime militar, e sob o paradoxo de uma luta que se direcionou de um lado para a transformação das relações de gênero, no reconhecimento da posição da mulher na sociedade; e de outro para a centralidade da desigualdade social, em que essa e outras questões tomam uma proporção secundária (*idem*, p. 43). As ideias feministas se difundem nesse período através de temas como a violência doméstica, aborto e sexualidade.

A partir da década de 90, há uma segmentação das lutas dentro do feminismo, que toma uma forma mais diversa e o sujeito *mulher* passa a ser compreendido como necessariamente plural, multiforme, pluridisciplinar (PERROT, 2005). É nesse contexto que surgem com força os movimentos de

mulheres negras, mulheres indígenas e mulheres rurais, por exemplo, que nos anos seguintes aumentam a sua participação política e institucionalizam suas organizações no debate e na luta pelos direitos específicos dessas mulheres.

Assim, segundo PINTO (2003), o movimento feminista brasileiro deve ser entendido como:

Um movimento que luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político; defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população; no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados. (PINTO, 2003, p. 46)

Mesmo na sua diversidade e desdobramentos, os movimentos de mulheres, ajustados dentro do conceito de feminismo ou não, contribuíram profundamente para as transformações dos lugares das mulheres na sociedade, ora trazendo o questionamento sobre as relações de poder e dominação que nos colocou de modo geral em situação de desvantagem em relação aos homens, ora reivindicando direitos a partir dos lugares em que ocupamos, mas sempre reconhecendo direta ou indiretamente a existência de uma estrutura política e social de opressões e violências de gênero.

1.3 Gênero e patriarcado: categorias-chave de análise

Para este estudo, entendemos que duas categorias são fundamentais para a compreensão dessa estrutura que, como diz Heleieth Saffioti (2015), é reguladora não apenas das relações homem-mulher, mas também das relações homem-homem e mulher-mulher. Assim, o *gênero* e o *patriarcado*, enquanto categorias histórico-analíticas contribuem para essa reflexão sobre os aspectos históricos e culturais das opressões de gênero que se estruturam em sólidas bases sociais, reservando às mulheres – em sua maioria negras, e também às pessoas LGBTQIA+ a condição de marginalidade em relação ao mundo da vida e a uma humanidade masculina, em que a mulher, em específico, não é definida em si enquanto sujeito, mas é o Outro em relação ao homem, o ser Absoluto, e

que se define apenas pelo seu sexo, ou pela utilidade dele (BEAUVOIR, 1970, p. 10).

Joan Scott, no seu texto clássico *Gênero: uma categoria útil para análise histórica* (2015) se orienta para pensar como o gênero funciona nas relações sociais humanas e como dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico. Para ela já é evidente através das teorias sociais e feministas sobre a existência de certas disposições sociais que, por exemplo, numa família nuclear, fazem com que o pai se ocupe do trabalho produtivo, remunerado, e a mãe se ocupe do trabalho de criação dos filhos e manutenção da casa, ou mesmo que atribuem os valores morais mais altos à virilidade, ou que estruturam as desigualdades, mas não se fala muito sobre as origens dessas disposições, em que as pistas podem estar nos *sistemas de significados*, ou seja, nas

[...] maneiras como as sociedades representam o gênero e o utilizam para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem o sentido, não há experiência; e sem processo de significação, não há sentido” (SCOTT, 2019, p. 61).

Essas atribuições, disposições, ou mesmo imposições das regras da interação social estão inevitavelmente intrincadas no gênero, assim determinando profundamente a socialização dos indivíduos. Scott, portanto, define o gênero a partir de duas proposições básicas:

O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (SCOTT, 2019, p. 67).

Scott entende que o gênero, como uma forma de falar de sistemas de relações sociais entre os sexos, é um eixo fundamental dessa estrutura de poder, entendida não como uma coisa unificada, coerente e centralizada, mas como algo próximo ao conceito foucaultiano de poder, “como constelações dispersas de relações desiguais constituídas pelo discurso nos ‘campos de força’”

(SCOTT, 2019, p. 66), sendo construído através do parentesco, mas igualmente na economia e na organização política, muitas vezes de forma independente da instituição familiar. Para ela, o gênero é o campo onde o poder é articulado, não sendo o único, mas o que parece ter sido o meio recorrente de significação de poder no Ocidente e nas tradições judaico-cristãs e islâmicas (*idem*, p. 69).

As relações de gênero, para Scott, implicam quatro aspectos relacionados entre si: os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias); as normas que evidenciam, tentam limitar ou conter suas interpretações e possibilidades metafóricas, onde as posições dominantes são tidas como únicas possíveis e produto de um consenso social; a noção de fixidez, que leva a uma aparente permanência eterna na representação binária dos gêneros; e a formação das identidades subjetivas (SCOTT, 2019, p. 67-68).

Estabelecido como um conjunto objetivo de referências, o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção da construção do poder em si (SCOTT, 2019, p. 70).

Dessa forma, abre-se para a perspectiva de perceber quais são as implicações sociais nas representações dos homens e das mulheres, o gênero sendo, portanto, uma forma de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Sendo a divisão nítida entre masculino e feminino o produto do sistema dominante ocidental, ela constitui uma dimensão decisiva da organização social, onde as estruturas hierárquicas, como o poder político, são concebidas e legitimadas a partir disso, e também se fazem valer dessa divisão para seus interesses. Assim, *a política constrói o gênero e o gênero constrói a política* (SCOTT, 2019, p. 71).

Heleieth Saffioti (2015) fala de uma “ordem patriarcal de gênero” na tentativa de pensar o entrecruzamento desses dois conceitos - de gênero e de patriarcado - articulados enquanto estruturantes do sistema social. Mesmo expressando certa crítica ao excesso do gênero enquanto categorial central nas

teorias feministas, a teórica junta ao gênero uma terceira categoria, a de violência, para explicar esse ordenamento do sistema patriarcal, um certo método que ele utiliza, através do Estado e das instituições sociais, para a manutenção de seu *status quo*.

Para Saffioti, *gênero* não se resume a uma categoria analítica, mas é também uma categoria histórica, podendo ser concebido como um aparelho semiótico (ou seja, um aparelho de construção de significados), como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades e, numa certa instância, como uma gramática sexual, que dita a regra das relações entre os/as sujeitos/as (SAFFIOTI, 2015, p. 47).

Assim, a teórica entende que, mesmo que o patriarcado se produza e reproduza nas relações sociais de sexo, geralmente inscritas como do mundo privado, suas relações se constituem também nas outras estruturas de poder, incluso o Estado. As diferenças entre o público e o privado, mesmo que inegáveis, são espaços “profundamente ligados e parcialmente mesclados” (idem, p. 57). Neste caso, a diferença social é convertida em diferença política.

Resumidamente, Saffioti compreende o patriarcado como uma ordem patriarcal de gênero, cujo poder se concentra no homem branco preferencialmente heterossexual, sendo um regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens e, como um fenômeno social, está em constante transformação, não abrangendo apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo; um de seus elementos nucleares está no controle da sexualidade feminina; e é uma forma de expressão do poder político (SAFFIOTI, 2015).

Dessa forma, como Perrot (2005) entendemos que, baseada numa distinção entre o público e o privado como forma de governabilidade e racionalização da sociedade do século 19, “a política se define e se organiza como um *domínio masculino e excludente das mulheres*” (PERROT, 2005, p. 338), através desse mecanismo de “biologização da diferença entre os sexos, sexualização dos gêneros” (idem, p. 460).

Assim, nessa noção do gênero enquanto uma categoria histórico-analítica, de construção social do masculino e do feminino, percebemos que

esse sistema de dominação ajustado a partir das relações de gênero, se constitui também no plano simbólico, onde se configuram e fixam as relações, “as representações sociais e as práticas que as acompanham, modelam e remodelam” (Francine DESCARRIES *apud* Emma SILLIPRANDI, 2015, p. 38).

Isso significa dizer que a forma como as sociedades se organizam, bem como suas concepções e sentidos sobre essa organização não são dadas e imutáveis, mas estão sempre sujeitas a transformações. Assim, se numa sociedade onde as estruturas de poder e a tradição cultural são determinantes, elas determinam também as relações entre homens e mulheres, que se caracterizam em geral como relações desiguais.

O campo primeiro onde essa desigualdade se expressa, se produz e reproduz, ou seja, a sua base material, é o das funções que cada indivíduo exerce nas estruturas socioeconômicas, aquilo que Émile Durkheim (1999) chamou de divisão social do trabalho.

Essa estrutura patriarcal, sendo um elemento organizador da economia, da política, da cultura e das relações sociais é, portanto, um elemento normatizador de condutas e de corpos, estabelecendo as regras que ditam o lugar que cada um/uma vai ocupar em sociedade, a divisão social do trabalho tomando a forma de uma *divisão sexual do trabalho*, conceito utilizado por algumas teóricas feministas para falar dessa distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e profissões, e as suas variações no tempo e espaço, e a divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos (Helena HIRATA e Danièle KERGOAT, 2007, p. 596).

Ao longo de pelo menos dois milênios e meio de estrutura patriarcal (SAFFIOTI, 2015, p. 63), as mulheres foram, em sua grande maioria, relegadas ao mundo reprodutivo, privado, enquanto que os homens ocuparam o mundo público, das atividades produtivas porque geralmente monetárias e socialmente reconhecidas, estabelecendo ao mesmo tempo uma separação e uma hierarquização do mundo social (KERGOAT, 1996), em que os corpos e sujeitos/as não inclusos/as na imagem do homem branco rico heterossexual,

estão sempre dispostos nas camadas inferiores dessa hierarquia, daí onde se produzem as desigualdades sociais.

Segundo Siliprandi (2015), essa subordinação das mulheres, em específico, que de maneira geral se apresenta em todas as sociedades, estaria relacionada a uma distinção entre os atributos da natureza e os da cultura, muito característico da razão instrumental ocidental, em que

[...] a distinção entre ambas estará no fato de que a cultura se estrutura com base no poder da transcendência sobre as condições naturais para transformá-las segundo os propósitos humanos. Assim, a cultura não seria apenas distinta da natureza (onde se situariam os atributos da existência natural), mas seria superior a ela em sua capacidade de transformá-la e transcende-la através da simbologia e da tecnologia, construindo assim os processos de socialização e aculturação (SILIPRANDI, 2015, p. 49).

Para Emma Siliprandi (2015), é aí que as mulheres, por sua fisiologia, capacidade reprodutiva, estrutura psicológica e seu papel social ligado à maternidade, são identificadas como estando mais próximas da natureza que da cultura, mesmo dotadas de consciência e atuantes fundamentais no desenvolvimento das sociedades, assim sendo excluídas das atividades de produção do pensamento e da política.

Em decorrência desse processo de sua negação enquanto sujeitos com autonomia econômica, política e social, o trabalho das mulheres, tanto na esfera produtiva quanto na esfera reprodutiva foi ao longo da história invisibilizado e não-reconhecido socialmente. Mas a sociedade não é um todo homogêneo, e o problema do patriarcado apresenta diferentes matizes se pensarmos, por exemplo, em termos de uma comparação entre urbano e o rural. É fato que as mulheres estão em desvantagem tanto na cidade, quanto no campo, mas em cada lugar esse sistema que é político, econômico e social, se estrutura e se reproduz de forma distinta, e no meio rural essa diferença se aprofunda por conta das particularidades históricas e sociais do lugar.

É sobre estas mulheres em específico, localizadas num espaço que, mesmo integrado ao conjunto da sociedade brasileira, “mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como

uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba” (Maria de Nazareth WANDERLEY, 2001, p. 32), que iremos nos ater para a análise da construção do reconhecimento das mulheres agricultoras enquanto sujeitos sociais e políticos fundamentais para a atividade agrícola no país, e como o feminismo e a agroecologia contribuem para isso.

Assim, é nessa história comum, mesmo que de características distintas, em que está nas últimas décadas a essência dos movimentos e organizações de mulheres contra as violências e estruturas de opressão que vivenciamos cotidianamente e que determinam tanto de nossas vidas.

O feminismo, mesmo que algumas teóricas argumentem ser também fruto do pensamento ocidental, pode ser entendido como essa amálgama, e jamais como uma coisa singular, onde, conscientes de nossa coletividade, e da dominação-exploração que produz essas opressões e desigualdades que vivenciamos, nos impulsionamos para uma reflexão sobre a forma como essa realidade tem sido construída e legitimada, e para as práticas que produzem novos sentidos sobre essa experiência.

Enquanto teoria crítica é essa forma de fazer ver, mas também de “resgatar a capacidade das mulheres, em diferentes épocas históricas, de se constituírem como sujeitos políticos, engendrando teorias e lutas emancipatórias” (SILIPRANDI, 2015, p. 40).

2. MULHERES E AGROECOLOGIA: REPENSANDO O VIVER

2.1 Agroecologia e as novas relações entre natureza e sociedade

Desde a segunda fase do feminismo, em meados da década de 70, as mulheres se colocam no centro dos debates sobre a crise ecológica mundial produto da insustentabilidade do modelo civilizatório do sistema patriarcal-capitalista, de características androcêntricas e antropocêntricas e baseado no progresso tecnológico, na exploração desenfreada dos recursos naturais e na política bélica, reforçando a necessidade de se pensar as relações humanas com a natureza, mostrando a estreita ligação dessa estrutura de dominação-exploração entre seres humanos e não-humanos.

Nessa lógica, os “recursos naturais” e o trabalho feminino são postos como fontes inesgotáveis e disponíveis aos interesses dos homens, o que explica a invisibilidade e inferioridade do trabalho feminino, seja ele produtivo ou reprodutivo.

Dentro desse debate da sustentabilidade da vida frente à insustentabilidade do modelo produtivo, o movimento das mulheres junto aos movimentos ecologistas e de justiça social tem sido significativo e motivador para pensar uma nova perspectiva que integre novamente natureza e cultura, antes separadas pela razão instrumental do pensamento ocidental. Esta racionalidade, cuja expressão é a dominação-exploração, provocou um “desencantamento” do mundo (SILIPRANDI, 2015, p. 78), nos levando a um “nihilismo consumista, que conduz paradoxalmente ao hedonismo” (Alicia PULEO apud SILIPRANDI, 2015, idem).

Assim, para que se produza esse efeito de “reencantamento”, algumas correntes feministas defendem e elaboram o modelo de uma sociedade sustentável e justa, em que uma das vias fundamentais dessa proposta é, a partir da reflexão sobre as desigualdades de gênero, reivindicar a igualdade e autonomia das mulheres.

[...] reivindicar a igualdade e autonomia das mulheres significa reconhecer a necessidade da existência de um sujeito político “mulher” – proposto pelo feminismo – para superar o sistema patriarcal. O conceito de gênero permite pensar como se gerou essa “coletividade” porque recupera as implicações que a divisão sexual do trabalho, os papéis, as normas e as sanções sociais dentro de um sistema patriarcal trazem para a formação das subjetividades. (SILIPRANDI, 2015, p. 79)

A agroecologia surge na década de 70 paralelamente às lutas sociais rurais e aos movimentos ecologistas que se colocavam contrários ao modelo de desenvolvimento que se consolidava e que, baseado na economia de mercado e na produção capitalista, sustentava a ideia de um crescimento econômico perfeitamente possível e necessário, a partir do avanço da industrialização e das tecnologias, desde que os danos ao ambiente fossem suavizados.

Esse modelo de desenvolvimento afetou profundamente as bases da agricultura e do desenvolvimento rural, num processo conhecido como Revolução Verde, que foi um conjunto de “inovações” tecnológicas desenvolvidas após a Segunda Guerra Mundial na Europa e Estados Unidos e que se difundiram pelo mundo a partir da década de 60 como estratégia de aumento da produção agrícola através da mecanização, do uso massivo de insumos industriais (como fertilizantes e agrotóxicos), de sementes geneticamente modificadas e diminuição da mão-de-obra, provocando graves problemas sociais e ambientais como, por exemplo, a concentração de terra e de renda; o êxodo rural; desestruturação de comunidades rurais; erosão, salinização e perda de fertilidade dos solos; desmatamento e perda da biodiversidade; contaminação de solos, águas, animais, humanos e alimentos; resistência de doenças e pragas na agricultura; e o aumento da dependência tecnológica dos pequenos agricultores em relação a grandes empresas, sobretudo nos países terceiro-mundistas (SILIPRANDI, 2015).

A agroecologia pode ser definida como um entrecruzamento entre ciência, prática e movimento social, ou como definem alguns de seus primeiros teóricos, um conjunto de disciplinas científicas que dão suporte para a transição de um modelo de agricultura e de desenvolvimento rural, considerados insustentáveis, para outro modelo mais sustentável, cuja unidade ecológica

principal é o *agroecossistema*, e que leve em consideração não somente a produção, mas também os aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos e ecológicos dessa produção (SILIPRANDI, 2015); ou ainda como “a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis” (GLIESSMAN, 2000, p. 54).

A sustentabilidade é aqui definida de forma ampla, como a capacidade de esses processos perdurarem no tempo, aliando a atividade agrícola à manutenção dos aspectos ecológicos do ambiente, além de proporcionar meios de vida dignos para as pessoas que nele e dele vivem (SILIPRANDI, 2015, p. 81). O agroecossistema pode ser definido como

[...] um tipo específico de ecossistema, modificado pela ação humana por meio das atividades agrícolas. É uma unidade geográfica delimitada (ainda que variável quanto à sua extensão), onde se dão complexas relações entre as práticas agrícolas e o ecossistema original (SILIPRANDI, 2015, p. 88).

Ressalte-se aqui o caráter da agroecologia definido nos modos de uma *transdisciplinaridade*, porque considera que, ao contrário do paradigma cartesiano da ciência moderna, que fragmentou o saber a partir de uma divisão e redução entre o todo e as partes, é fundamental que se recupere a capacidade de leitura do mundo de forma mais integral, na proposta de um *diálogo de saberes*, que considere a diversidade de realidades sociais e territoriais na construção do conhecimento, compreendendo e restabelecendo a sua função dentro dele. Assim, a agroecologia é entendida como uma ciência em construção – ou em movimento, que se baseia nos saberes e práticas tradicionais de manejo produtivo dos recursos naturais disponíveis em cada território, envolvendo para além de técnicas de cultivo da terra, também as relações sociais, seus modos de vida, identidades, costumes, tradições.

Assim, o feminismo enquanto corrente teórica nos traz para o fato de que a agroecologia, apesar de seu projeto de transformação no modo de produção agrícola e na relação humana com a natureza, deve levar em consideração as desigualdades produzidas pelo sistema político e socioeconômico a que questiona e ainda apresenta limites de abordagem acerca das relações de poder

no meio rural, que tanto determinam da invisibilidade das mulheres enquanto sujeitos sociais e políticos portadores de saberes ancestrais e de sua participação na construção de um projeto de desenvolvimento rural sustentável.

2.2 O rural e as representações do sujeito mulher

A partir de Maria de Nazareth Wanderley (2001) fazemos referência a um mundo rural localizado num espaço específico, o espaço rural, entendido a partir de duas premissas:

Em primeiro lugar, enquanto um espaço físico diferenciado. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência "identitária") e o lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional). (WANDERLEY, 2001, p. 32)

Levamos em consideração o rural não na forma de uma dicotomia em relação ao urbano, enquanto duas realidades distintas cultural e socialmente, noção esta como efeito da expansão da racionalidade urbana do desenvolvimento capitalista sobre o campo, mas em termos de uma *ruralidade*, como os bens simbólicos e materiais e as práticas culturais que são reconhecidos como próprios do mundo rural (CARNEIRO, 1998).

A ruralidade se expressa de diferentes maneiras como representação social - conjunto de categorias referidas a um universo simbólico ou visão de mundo - que orienta práticas sociais distintas em universos culturais heterogêneos, num processo de integração plural com a economia e a sociedade urbano-industrial. (CARNEIRO, 1998, p. 73)

Nesse espaço do rural, as representações sociais estão profundamente marcadas por uma forma específica de organização, marcadamente patriarcal, sendo a família sua principal estrutura, e também a unidade tanto de produção

quanto de reprodução, que atua como reguladora da moral, dos costumes e da economia do lugar.

Configurada no ideal do homem como o chefe da família e da produção, tendo controle inclusive sobre os recursos financeiros gerados pelo trabalho de todas/os da unidade familiar, esta organização resultou numa invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura, e da importância das atividades que desempenha no conjunto do sistema de produção.

Gema Esmeraldo (2010) aponta que até meados da década de 80 a representação identitária da mulher rural esteve subordinada à sua condição familiar e conjugal. Mesmo com sua irrestrita e importante participação nos processos de lutas sociais no campo, as mulheres estiveram por muito tempo associadas e identificadas à figura da mãe, filha e avó, como coadjuvantes de uma história em que os protagonistas homens assumiram o lugar do sujeito político. Essa representação social da mulher rural impossibilitou o seu reconhecimento tanto nas lutas do campo como na sua relevante atividade produtiva na unidade agrícola familiar (ESMERALDO, 2010).

De acordo com a Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD Contínua, 2019), a população rural do Brasil corresponde a 15% (29.306.374) da população total, onde as mulheres correspondem a 48,1% (14.000.000), e destas, 29% estão na faixa etária de 33 a 54 anos. Dos 5,07 milhões de estabelecimentos agropecuários existentes, 19% (ou 946,07 mil) são dirigidos por mulheres, dos quais 57%, ou aproximadamente 538 mil destes estabelecimentos se encontram no nordeste do país (IBGE, 2017).

Andréa Butto (2011) chama atenção para o fato de que mesmo representando quase a metade da população rural e sofrendo com a falta de acesso a direitos básicos e com o processo de modernização da agricultura, as mulheres agricultoras familiares assumem cada vez mais a responsabilidade por seus grupos familiares (BUTTO, 2011, p. 12).

Essa responsabilidade pelos trabalhos domésticos e de cuidado e manutenção da casa é tida como parte de suas identidades, a maternidade sendo sua principal expressão, porque entendida muitas vezes como sinônimo

de realização pessoal, e não como parte ou uma atribuição da vida. *“Essa identidade é introjetada de forma profunda pelas mulheres e sua vivência está marcada pela avaliação das funções maternas e valores associados: a docilidade, fragilidade, compreensão, cuidado, afeto”*. (Nalu FARIA, 2009, p. 18).

Nesse caso falamos de uma agricultura familiar, expressa “nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica” (WANDERLEY, 2003, p. 45). Assim, no modo de produção da agricultura familiar, que é onde nascem as práticas agroecológicas, e onde se localizam os agroecossistemas, é indispensável que se problematize essas relações de poder invisibilizadoras das mulheres rurais enquanto sujeitos sociais e políticos.

Se a agroecologia tem como proposta considerar as desigualdades produzidas por um sistema político e socioeconômico na busca por transformações nessas relações no mundo rural, e se pretende recuperar o papel do campesinato tornando os grupos tradicionalmente atingidos e excluídos pelo processo de modernização da agricultura como sujeitos ativos de suas propostas, deve olhar também para o fato de que esse mesmo sistema patriarcal recai sobre cada indivíduo de forma diferente, onde as mulheres rurais são ainda muito desconsideradas mesmo nas análises sobre os agroecossistemas, onde elas atuam constantemente no manejo do solo, plantio, colheita, criação de animais, processamento de alimentos, entre outros.

Algumas feministas, em que nos fundamentamos para este trabalho, defendem que a exploração do trabalho das mulheres, seja na esfera produtiva ou reprodutiva, está dentro da mesma lógica que opera na exploração da natureza. Assim, levar em consideração as mulheres enquanto produtoras e gestoras do meio ambiente é um exercício do debate sobre a sustentabilidade e as relações de gênero como fundamental para a coevolução dos sistemas sociais e ecológicos a que se propõe a agroecologia.

Essas duas noções, de sustentabilidade e de relações de gênero, que juntas se contrapõem a uma visão produtivista e economicista do mundo, dizem respeito a um campo de lutas sociais por novas relações entre natureza e

sociedade, que questione as injustiças sociais e ambientais e a exploração, e que deve levar em consideração o papel das mulheres enquanto sujeitos ativos na construção desses conhecimentos (Maria Emília PACHECO *apud* SILIPRANDI, 2015, p. 102).

2.3 A mulher agricultora agroecológica: uma identidade política

O debate sobre a importância das mulheres no sistema produtivo da agricultura familiar e da sua invisibilidade enquanto trabalhadoras diz sobre a necessidade do seu reconhecimento dentro da categoria de *trabalhadora rural*, enquanto “uma categoria política ampla, que busca abarcar as diferentes formas de inserção das mulheres na força de trabalho” (Laeticia JALIL, 2013, p. 66).

Esse não-reconhecimento, produzido nos valores estruturantes das relações entre os sexos, se dá tanto na dimensão política quanto na dimensão subjetiva da vida das mulheres. Na primeira, interferindo diretamente na sua participação política enquanto sujeitos de direitos, onde não se leva em consideração as particularidades e multiplicidades desses sujeitos, seja na elaboração de políticas públicas específicas, seja no seu espaço dentro dos movimentos rurais e lutas sindicais, seja na sua inserção nas leis trabalhistas e no sistema previdenciário (JALIL, 2013). Na segunda, produzindo uma subjetivação dessa condição de um não-sujeito, onde as mulheres rurais muitas vezes não têm a percepção de que as atividades que desempenham são atividades produtivas, portanto, não se reconhecendo como trabalhadoras que desempenham um trabalho fundamental do ponto de vista ecológico e social.

Dentro da reflexão sobre as mulheres da agricultura familiar, trazemos para este estudo uma categoria específica de sujeitos/as inscritas dentro dos processos de *transição agroecológica*, aqui entendido como

[...] um processo gradual de redesenho dos agroecossistemas, modificando-se o planejamento estratégico da propriedade, o escopo da produção (a forma de integração com os mercados, por exemplo); e utilizando-se práticas mais sustentáveis do ponto de vista ambiental,

como, por exemplo, a redução do uso de insumos externos à propriedade (SILIPRANDI, 2015, p. 136).

Dessa forma, podemos compreender como *agricultoras agroecológicas* as mulheres que:

“[...] desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas voltadas para a reprodução de seus grupos familiares e de proximidade, a partir de práticas sustentáveis (sociais, ambientais, culturais, econômicas e ecológicas) em seus agroecossistemas. Adicionalmente, são aquelas que desenvolvem relações sociopolíticas e econômicas com diferentes atores fundamentais para os processos de transição agroecológica e para a reprodução da vida, estando envolvidas em redes sociotécnicas, em movimentos sociais mistos ou feministas e outros espaços de organização social/política. Elas são portadoras de conhecimentos ancestrais, que ressignificam e transformam suas práticas a partir das necessidades e mudanças ambientais e culturais, desenvolvendo atividades fundamentais para a garantia da segurança e soberania alimentar, para o fortalecimento das relações sociais nos territórios e para a conservação e reprodução da sociobiodiversidade (Elisabeth CARDOSO *et al.*, 2019, p. 7)

Essas mulheres que incorporam a perspectiva agroecológica em suas práticas de manejo dos agroecossistemas trazem algumas questões muito importantes para o debate sobre a caracterização desse sujeito político, mas também inauguram um novo olhar para os agroecossistemas.

Para além dos cultivos comerciais, destinados para a venda, que geralmente estão sob domínio do homem e são colocados em primeira importância pela unidade familiar, se revela algo antes também encoberto por esse tecido grosso da invisibilidade da mulher do campo. É a sua atividade produtiva no espaço que chamamos de quintal, ou ao redor de casa, que, ao longo do tempo em que compreendemos como agricultura “moderna”, caracterizada pela especialização e limitação de produções rentáveis (MAZOYER, 2010), tornou-se irrelevante.

Mas já é destaque em alguns estudos que as mulheres agricultoras de base agroecológica desenvolvem um importante trabalho para a segurança alimentar e economia da família e também para a manutenção do sistema agroecológico. Emily Oakley (2004) e Ana Paula Ferreira (2016) pontuam que o

quintal é um espaço essencialmente feminino, os cultivos e cuidados sendo inteiramente de responsabilidade das mulheres.

Em estudo sobre quintais domésticos de Bangladesh, Oakley (2004) pontua que os quintais funcionam como despensas naturais em que as mulheres recorrem cotidianamente para o preparo das refeições, onde demonstram grande sensibilidade e um conhecimento apurado sobre seus próprios sistemas agrícolas, o que fica demonstrado, por exemplo, pela preferência no uso de variedades locais tradicionais ao invés de variedades comerciais, modificadas geneticamente e tratadas com insumos químicos.

As mulheres compreendem que as variedades locais são as únicas que se adaptam muito bem às especificidades do contexto local, além de que representam um importante legado cultural. Assim, a produção, preservação e troca de sementes entre parentes, vizinhos e amigos, prática bastante comum entre as agricultoras, representa a manutenção dessa cultura e também da diversidade dos agroecossistemas.

No Brasil, ressaltando-se algumas diferenças sensíveis entre territórios das diferentes regiões do país, as práticas são comuns. No seu importante trabalho de sistematização das experiências das mulheres dentro do movimento agroecológico, Emma Siliprandi (2015) traz diversos depoimentos de agricultoras agroecológicas que reforçam esta história comum, seja das opressões e dificuldades vivenciadas, seja das práticas agroecológicas que preservam. Maria Emília Pacheco (2002) assinala:

Em sua práxis histórica, as mulheres adquiriram um vasto conhecimento dos sistemas agroecológicos. Desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um grande conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos. (PACHECO, M. E. L., 2002, p. 153)

Vale destacar que as práticas agroecológicas das mulheres nem sempre são partilhadas com os maridos, que costumeiramente dão prioridade ao uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos que contribuem para a melhora na produtividade dos roçados destinados para comercialização.

Essas práticas são, muitas vezes, motivo de conflitos dentro das famílias, se tornando também formas de resistência das mulheres, que reforçam um compromisso histórico com a preservação e continuidade da vida, não como algo inerente a uma suposta “natureza feminina”, ou uma resposta biológica intrínseca do corpo feminino, mas muito mais por uma relação estreita com a sobrevivência.

As práticas tradicionais das mulheres abrem caminho para perceber que, mesmo com o processo de modernização da agricultura, em que alguns teóricos acreditavam ser a homogeneização da urbanização e a completa dissolução da cultura camponesa o futuro da atividade agrícola, há formas de existência e resistência que não se anulam, mas que coexistem e se ajustam à modernidade, utilizando de seus recursos para a sua reprodução social.

Assim, em contrário à agricultura convencional, baseada nas monoculturas, uso intensivo de fertilizantes inorgânicos e agrotóxicos, que ignoram a dinâmica natural dos ecossistemas, produzindo crises históricas ecológicas com a destruição de paisagens, ecossistemas e variedades de espécies, contaminação de reservas de água, produzindo problemas sociais, como o da fome – este em especial, com o discurso de estar resolvendo-o, as agricultoras agroecológicas através de suas práticas, vivências e conhecimentos ancestrais contribuem para a construção do conhecimento agroecológico, oferecendo uma nova perspectiva para se pensar o desenvolvimento rural sustentável, elevando-se à categoria de sujeitos políticos, a identidade da agricultora agroecológica sendo, portanto, uma identidade política.

Dessa forma, as análises e metodologias feministas, inscritas no discurso da busca por esse desenvolvimento sustentável para o campo a partir da agroecologia, e que propõem mudanças sociais e políticas a partir da mudança nas relações de gênero, têm contribuído para esse processo de reconhecimento e ressignificação da identidade ‘trabalhadora rural’, em que é a incorporação, ou a subjetivação dessa identidade que possibilita às mulheres acessarem os espaços públicos, antes negados a elas, modificando-os (JALIL, 2013) e produzindo a mudança social. É sobre esse processo coletivo de construção dos

conhecimentos que dão corpo a esse sujeito político de que trataremos no próximo capítulo.

3. SABER FAZENDO: AS EXPERIÊNCIAS DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO DAS MULHERES

Pressupor sujeitos e experiências não descritos na história supõe descrevê-los. Mas se nessa história esses sujeitos e experiências não cabem, supõe-se necessário reescrevê-la, ou até mesmo escrever novas histórias, sem intenção, é claro, de dar cabo da historicidade. Assim como pressupor doutrinas de objetividade da ciência positivista tradicional que estabelecem parâmetros para definir o que tem validade científica e o que não, para a busca de uma verdade universal e neutra, supõe a necessidade de uma ciência crítica que traga em seu arcabouço o que Donna Haraway (1995) pontua como a diferença irreduzível e a multiplicidade radical dos conhecimentos localizados.

Dessa forma, as teorias feministas entram nesse campo da disputa de narrativas com o questionamento a esse modelo de ciência enviesada que hierarquiza saberes e pasteuriza todas e todos no modelo de um único sujeito universal e essencial, que se queira saber assexuado, atemporal, indistinto e indiferente, mas cujo olhar “conquistador que não vem de lugar nenhum [...] inscreve miticamente todos os corpos marcados [...]” e que possibilita a essa categoria não marcada “alegar ter o poder de ver sem ser vista, de representar escapando à representação” (HARAWAY, 1995, p. 18).

Do mesmo modo também demonstra ser a produção desse saber científico tradicional, apático a tudo o que não se adeque nos métodos e técnicas de suas análises, e o que não passa pelo seu crivo é como se magicamente não existisse. Essa não-existência significa não ser suscetível a conhecer, investigar, compreender. Assim, o que está na ordem do sujeito, das subjetividades, das relações e dos sentidos, é irrelevante, desprezado, invisibilizado, ou é excluído “do universo do pensável e do factível” (BOURDIEU, 2012, p. 33).

Essas abordagens positivistas da ciência orientaram durante muito tempo a produção em ciências sociais na sua busca por uma objetividade que lhe garantisse uma produção de discursos científicos válidos e universais. Essa produção encorajadamente neutra e imparcial reforçou o hiato entre sujeito cognoscente e objeto a ser conhecido a partir de escalas desiguais, onde o

primeiro ocupa um plano elevado, alienado do seu objeto do conhecimento e de sua própria subjetividade que afeta a produção e a reflexão desse conhecimento.

Foi nessa ordem de baixo em que estiveram relegadas as mulheres durante muito tempo na história do patriarcado, e é dessa ordem que as feministas partem para a afirmação desses sujeitos conhecedores, isto é, pessoas que buscam, preservam e transmitem saberes fundamentais para a manutenção da vida e que contribuem para a formulação de *“teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro”* (HARAWAY, 1995, p. 16).

Também é para a agroecologia, enquanto proposta de uma ciência movimento e prática, de fundamental importância que se considere esses corpos invisibilizados do mundo rural, e tudo o que eles carregam de saberes, práticas, subjetividades e sentidos, e que mesmo silenciados, plantam, colhem, manejam, cuidam, curam, transformam, preservam, alimentam. Práticas indispensáveis para a reprodução da vida, e talvez – assustadoramente – por isso tão suscetíveis às objeções do pensamento hegemônico.

As epistemologias feministas através de suas metodologias têm contribuído de forma categórica para o reconhecimento de todos esses fatores sociais, históricos, políticos e culturais que operam na construção do conhecimento e têm trilhado caminhos férteis de sentidos e significados para a constituição e o papel desses sujeitos conhecedores através de um trabalho coletivo e da ideia de *“recuperar e regenerar a tradição da construção do conhecimento com base em realidades vividas, politizando identidades e promovendo possibilidades dialógicas com outras tradições do conhecimento subordinado”* (Patricia Hill COLLINS e Sirma BILGE, 2020, p. 108).

3.1 O fazer: metodologias feministas na construção de sujeitos

Considerando que *epistemologia* define um campo conceitual e uma forma de produção do conhecimento científico, por meio do qual estabelecemos uma relação entre sujeito-objeto, e a própria representação desse conhecimento legitimado como verdade, Margareth Rago (1998) chama atenção para a constituição de um projeto feminista de ciência, traduzido na epistemologia – ou epistemologias feministas.

Além de fazer uma crítica ao modo dominante de produção do conhecimento científico, também propõe formas alternativas de operação e articulação nesse campo com o propósito da produção de um conhecimento emancipador e como estratégia de mudança social, resgatando as experiências femininas nessa produção.

Nesse caso, seria mais adequado falarmos de *epistemologias*, no plural, quando não há uma, mas múltiplas formas de produção e teorização desse conhecimento que, assim como quem o produz, é localizado.

Esses saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento “objetivo” (HARAWAY, 1995, p. 36)

Desta forma, “as epistemologias feministas abrem-se para um campo multidisciplinar e defendem a pluralidade metodológica” (Martha NARVAZ e Silvia KOLLER, 2006, p. 651). Essas metodologias, que sustentam a construção da equidade de gênero e da mulher enquanto um sujeito político, envolvem pensar de forma complexa todas as etapas da investigação, que mesmo se baseando em abordagens já consagradas, não se conformam às suas técnicas de maneira rígida, mas utilizando-as de forma específica a cada grupo investigado, onde as ideias estão num constante fluxo de revisão, experimentação, adaptação, de maneira a tornar os/as investigados/as os/as protagonistas de

suas próprias experiências e processos, sendo o processo muito mais importante que os produtos dele.

Nas metodologias feministas, as técnicas e manuais de pesquisa ocupam um lugar complementar, de orientação para as ações e coleta de dados que vão se dar a partir das experiências reais do processo. Isso não significa dizer que não exista uma objetividade nas atividades desenvolvidas, mas ela está contida no processo, que vai envolver, além dos métodos e técnicas, o que antes ficava oculto nestes, como as linguagens, os significantes, as subjetividades, as emoções, as intuições, as relações corpo/mente, razão/sentimento, histórias de vida e tudo o que faz a singularidade da experiência social humana.

Compreendendo que o conhecimento é uma construção social e coletiva, e que por isso deve ser produzido a partir dos olhares e sentidos dos sujeitos que constroem esse conhecimento, as metodologias feministas apostam nessas novas formas de *saber-fazer* (JALIL, 2017), como um campo onde se considere essas linguagens, narrativas e sentires e que incorpore essa diversidade de personagens, permitindo assim a escrita de outra história desde a perspectiva de quem a vive, sente, e a faz na prática.

Assim, entendemos que o conhecimento não se localiza numa essência de sujeitos privilegiados, nem está restrito ao panteão das mentes iluminadas da ciência tradicional que deixam no escuro os/as indignos/as desse saber bem-aventurado, mas se faz a partir da própria existência dos/das sujeitos/as, do “lugar do real”, e da reflexão e ação sobre os ângulos, aspectos, efeitos da dimensão social em suas vidas.

Nesse sentido, nos encaminhamos para pensar, a partir de uma experiência prática, como as epistemologias e metodologias feministas e a perspectiva agroecológica juntas têm contribuído para a transformação das relações de produção e de gênero na vida das mulheres rurais, em específico das agricultoras agroecológicas, através do questionamento de seu papel na unidade produtiva da agricultura familiar e do agroecossistema, isto é, num exercício de compreender os processos de transformação social, de construção

de autonomia das mulheres nas diversas dimensões de suas vidas e de novas relações sociais com a natureza.

3.2 A pesquisa das Cadernetas Agroecológicas

Os avanços dos debates sobre desigualdades de gênero no país têm permitido avanços também nas análises sobre a realidade das mulheres rurais, a exemplo do último Censo Agropecuário (IBGE, 2017) que trouxe um recorte das atividades das mulheres na agropecuária, trazendo dados sobre suas atividades econômicas desenvolvidas.

De acordo com o Censo, dos 5,07 milhões de estabelecimentos rurais do Brasil, cerca de 19% (ou 947 mil) são chefiados por mulheres, e destas, 81% são proprietárias de terras, que são destinadas em 50% para as atividades de pecuária e criação de outros animais, 32% para a produção de lavouras temporárias, 11% para a produção de lavouras permanentes e o restante dividido entre produção florestal (florestas nativas e plantadas), aquicultura, pesca, produção de sementes e mudas certificadas. As mulheres não proprietárias de terras correspondem a 20% ou 192 mil, e destinam a sua produção em 42% para as lavouras temporárias, 39% para a pecuária e criação de outros animais, 7% para a produção de florestas nativas, 6% para as lavouras permanentes, 4% para a horticultura e floricultura e o restante para a produção de florestas plantadas e aquicultura, pesca e produção de sementes e mudas certificadas (IBGE, 2017).

Apesar dos números expressivos, há ainda muito a avançar nas estatísticas desde uma perspectiva feminista, quando os indicadores tradicionais ainda não dão conta da complexidade desses/as sujeitos/as. Como exemplo disso é o fato de que existe uma grande participação das mulheres em atividades não remuneradas, sobretudo no meio rural, onde cerca de dois terços das mulheres rurais trabalham em atividades não monetárias ou para o autoconsumo (Hildete MELO & DI SABATTO, 2009 *apud* FIDA, 2020). Assim os

diferentes trabalhos produtivos realizados pelas mulheres – como a produção dos quintais, a horta, o cuidado dos animais pequenos, os preparados de alimentos e plantas, o artesanato –, mesmo que tenham um importante papel na economia e na garantia da segurança alimentar e nutricional das famílias rurais, não são reconhecidas como trabalho porque não monetizadas ou não inseridas nos mercados formais, ficando ocultas nas análises econômicas tradicionais.

A economia feminista entra nesse campo com o questionamento ao paradigma dominante expresso também nas teorias e análises econômicas neoclássicas, de forma a desenvolver indicadores capazes de dar conta do que os economistas clássicos deixaram de fora, como o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres, reconhecendo-o como um valor humano fundamental (Nalu FARIA, 2009; Cristina CARRASCO, 2013).

De modo geral, a proposta da economia feminista é “transpassar as fronteiras estreitas da economia e observar a realidade mais além do paradigma de mercado” (CARRASCO, 2013, p. 47), retirando-o da centralidade das análises econômicas para colocar no lugar a perspectiva da sustentabilidade da vida (CARRASCO, 2013).

Nessa necessidade de dar visibilidade para as atividades não mercantis protagonizadas pelas mulheres, e para a produção das mulheres nos seus quintais, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM)¹¹, junto ao Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas, desenvolveu e sistematizou pela primeira vez em 2011 a *Caderneta Agroecológica*, inicialmente como um instrumento de mensuração, e depois, a partir da contribuição e parceria de uma rede de organizações dos campos agroecológico e feminista, desdobrou-se em uma ferramenta político-pedagógica de formação, reflexão e ação no projeto Mulheres e Agroecologia em Rede, que se desenvolveu nas regiões da Amazônia, Nordeste, Sul e Sudeste do país, com o apoio financeiro da União Europeia. (Luciana ALVES *et al.*, 2018).

¹¹ “O Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), fundado em 1987, é uma organização da sociedade civil que promove a Agroecologia como estratégia para o desenvolvimento social e econômico da agricultura familiar”. Mais informações: <https://ctazm.org.br/pagina-objetivos>.

A Caderneta Agroecológica se apresenta na forma de um caderno, em que cada página dispõe de quatro colunas onde as mulheres registram cotidianamente o que foi vendido, trocado, consumido e doado a partir do que é cultivado por elas nos seus espaços de protagonismo nas unidades produtivas.



Figura 1 A Caderneta Agroecológica (Arquivo pessoal).

A partir de uma relação com o Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT de Mulheres da ANA¹²), a Caderneta foi implementada em outras regiões do Brasil, com a parceria de redes e movimentos de mulheres, através do Programa de Formação Feminismo e Agroecologia.

Entre 2016 e 2018, na necessidade de análise dos dados produzidos, realizou-se uma nova etapa de pesquisas, desta vez através de financiamento federal, em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) entre outros/as (FIDA, 2020). Destaco nesta fase, a minha participação nas etapas finais do processo, quando, recém-chegada ao Núcleo Jurema - Feminismos, agroecologia e ruralidades, sob coordenação da Prof^a Laetícia Jalil, uma das parcerias do projeto das Cadernetas Agroecológicas, realizamos os seminários finais, da

¹² A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) é um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. Fonte: <https://agroecologia.org.br/>.

região Nordeste e o Nacional, de sistematização, apresentação e reflexão dos resultados da pesquisa.

Após o encerramento do último processo, num cenário de golpe político e desmonte do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), importante órgão para a promoção do desenvolvimento sustentável na agricultura familiar, o CTA-ZM e o GT de Mulheres da ANA, então os dois núcleos de coordenação do projeto das Cadernetas, firmaram parceria com o Programa Semear Internacional (PSI) para a sistematização da produção das mulheres agricultoras acompanhadas por seus projetos no Semiárido brasileiro, cujos resultados estão na publicação “Cadernetas Agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia: resultado do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020” (FIDA, 2020).

A pesquisa das Cadernetas Agroecológicas se desdobrou a partir de alguns passos, que consistiram em: sensibilização da equipe de assessoria técnica para a importância da sistematização da produção das mulheres agricultoras; capacitação das equipes de campo e sistematização; sensibilização de coletivos e organizações locais de mulheres; apresentação da metodologia da Caderneta Agroecológica; distribuição das cadernetas e capacitação das mulheres rurais; preenchimento das cadernetas pelas mulheres agricultoras; animação para a anotação cotidiana; coleta e tabulação dos dados anotados; aplicação e envio de questionários; aplicação da metodologia do mapa da sociobiodiversidade; análise coletiva de dados; reflexão coletiva dos resultados; rediscussão dos programas e ações das organizações a partir dos resultados (FIDA, 2020).

É interessante perceber que o projeto das Cadernetas Agroecológicas surge de um interesse coletivo de organizações e instituições pautadas no feminismo e na agroecologia a partir de uma realidade comum em diferentes territórios, e da insuficiente visibilidade da produção das mulheres nos estudos sobre renda e produção da agricultura familiar, que torna insuficiente também o seu acesso a políticas públicas.

Essa coletividade carrega um aspecto essencialmente orgânico, onde todo o desenvolvimento do processo desde a primeira sistematização se dá a partir de diferentes sujeitos, mulheres que ocupam lugares distintos na sociedade, de agricultoras a professoras, de estudantes a militantes de movimentos sociais, de técnicas a representantes do governo, em torno do objetivo comum de construir caminhos de autonomia para as mulheres rurais a partir da reflexão conjunta sobre suas atividades produtivas e conseqüentemente sobre o seu papel na unidade produtiva familiar.

Nesse processo, as protagonistas são as mulheres agricultoras, não como um alvo para onde miram todos os olhos do “sujeito pesquisador”, mas como as pesquisadoras e sistematizadoras de sua própria realidade. No exercício contínuo de registrar dia a dia cada molho de coentro retirado da horta e cada limão tirado do pé para o tempero do almoço, mesmo diante de limitações de um tempo tão fragmentado pelas múltiplas atividades realizadas cotidianamente na casa, no quintal e no roçado, e da ausência da escrita provocada pelas desigualdades e falta de oportunidades, tendo que recorrer muitas vezes às/aos filhas/os, parentes e amigas/os para as anotações, as agricultoras agroecológicas puderam materializar a compreensão dos frutos de seu trabalho.

Por apresentar essa multiplicidade de sujeitos, isso significa dizer que o projeto não esteve isento de conflitos e divergência de ideias, mas a forma como se desenvolveu, através de processos educativos, populares e coletivos conduziu à consubstanciação de um sujeito coletivo, não restrito e dependente a um projeto em específico, com prazo de validade, que se desfragmentaria ao final do último relatório entregue. Ao contrário disso, esse sujeito coletivo tomou corpo, admitindo-se ocasionais aproximações ou distanciamentos de parceiros/as a depender de cada etapa, e se desdobrou numa continuidade através da ampliação do projeto a outros territórios e programas.

3.2.1 O que a Caderneta revela

Para título de análise, consideramos o projeto realizado entre 2016 e 2018, em que contribuí na sistematização e reflexão coletiva dos dados coletados das cadernetas anotadas durante o período entre março de 2017 e fevereiro de 2018. Fazendo um recorte dos resultados da pesquisa para a região Nordeste, foram apurados, com um trabalho coletivo de 17 organizações parceiras, os dados referentes à produção de 111 agricultoras agroecológicas, distribuídas em 38 municípios de cinco estados, sendo Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Para a análise da produção e mapeamento da diversidade dos produtos sistematizados pelas agricultoras agroecológicas nas Cadernetas, a equipe metodológica da região Nordeste desenvolveu e propôs um sistema de classificação de alimentos, tomando como referência, entre outros materiais, o Guia Alimentar para a População Brasileira (Ministério da Saúde, 2014)¹³, referência mundial por suas recomendações alimentares e nutricionais e que neste ano de 2020 vem sendo atacado com o pedido de revisão por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do governo federal em exercício, com forte apoio da indústria alimentícia, questionando a classificação de produtos ultraprocessados e sugerindo que este tipo de alimento está inserido no que se entende por uma “alimentação adequada e saudável para a população brasileira”, quando é largamente relacionado em estudos científicos ao desenvolvimento de uma diversidade de doenças crônicas.

Das anotações feitas sobre a produção realizada pelas mulheres agricultoras nos seus quintais e espaços de protagonismo, apurou-se um quantitativo de aproximadamente 22.700 (vinte e dois mil e setecentos) itens, com uma variedade de 603 produtos, onde 49% dos produtos foram destinados para o autoconsumo, 21% para troca, 27% para venda e 3% para doação, sem considerarmos as subnotificações. Transformando em valores monetários,

¹³ Guia alimentar para a população brasileira. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.: il. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf.

registrou-se um valor total de produção de aproximadamente R\$ 163.116,94 para consumo e de R\$ 251.501,16 para venda no período.

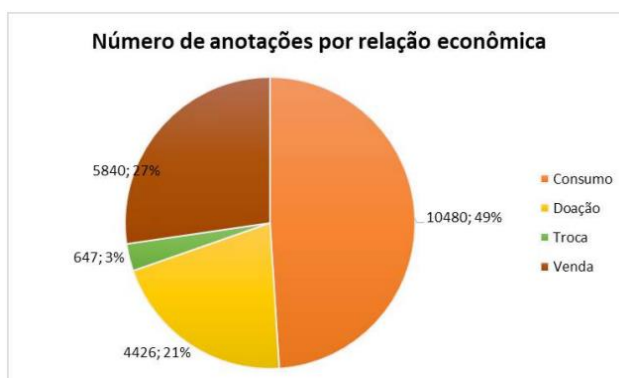


Figura 2 Número de anotações por relação econômica (ALVES, 2018).

Ao compararmos os valores monetários atribuídos pelas agricultoras para seus produtos, o que varia de acordo com a região, os produtos destinados para venda representam 53% do montante total, enquanto que o valor dos produtos consumidos cai para 34%, demonstrando a pouca valoração deste trabalho que, destinado para a alimentação da casa, é invisibilizado como um trabalho de reprodução. O gráfico abaixo demonstra a diferença:

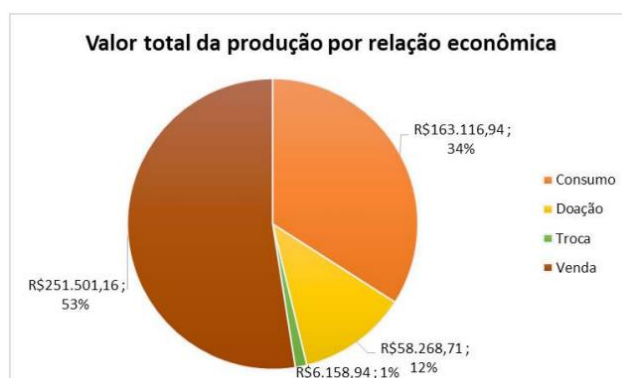


Figura 3. Valor total da produção por relação econômica (ALVES, 2018).

Se considerarmos os valores para as anotações de consumo, troca e doação, teremos um quantitativo de 73% do total sistematizado, o que significa dizer que mais da metade ou quase dois terços da produção das mulheres são destinados para relações socioeconômicas não monetárias e não quantificadas

pelas análises econômicas clássicas, mas que demonstram uma considerável produção a partir do trabalho das mulheres que é fundamental para a alimentação das famílias e de suas comunidades, além de estabelecerem outras relações não pautadas nas trocas monetárias, mas na solidariedade, que fortalece a ideia da coletividade do espaço rural.

Além disso, a grande variedade de produtos registrados nas cadernetas demonstra o potencial produtivo dos quintais experimentado pelas mulheres, o que demonstra também a sua contribuição no manejo desse tipo específico de sistema produtivo ecológico, desenvolvendo técnicas e olhares para as suas dinâmicas formas de vida. Aqui caberia uma análise mais profunda e demorada para a agrobiodiversidade experimentada e realizada pelas mulheres, que extrapola os objetivos deste estudo, mas que oferecem um terreno fértil a quem desejar se aprofundar.

4. RESSIGNIFICAR O SABER, REVELAR O SER, TRANSFORMAR O MUNDO

Para além dos dados quantificáveis, que abrem para perceber a complexa atividade produtiva das mulheres rurais, e também para a importância do trabalho que realiza para a reprodução da vida, dentro e ao redor de casa, gostaríamos de nos ater neste último momento para os dados não-quantificáveis, que estão nas entrelinhas do processo pedagógico em que se constituiu e constitui a pesquisa das Cadernetas Agroecológicas.

Como dito, a pesquisa teve como foco a construção coletiva do conhecimento sobre a vida das mulheres, objetivando a construção de sua autonomia política, social e econômica. Ou seja, as metodologias feministas, que orientam essa caminhada, e que pautam também a construção do conhecimento agroecológico, estão além de um simples reconhecimento do lugar da mulher na estrutura social do mundo rural, ou de reivindicar igualdade nos lugares de poder dos homens, mas de conduzir esses/as sujeitos/as a uma categoria coletiva política, que produza propostas a partir de uma perspectiva feminina para a organização social, para o desenvolvimento sustentável e para a economia.

Assim, nos questionamos como, a partir desse projeto político coletivo de reconhecimento do trabalho das mulheres rurais na produção e reprodução da vida, conduzido pelo CTA-ZM e o GT de Mulheres da ANA, e integrado por uma grande teia de redes de mulheres, organizações governamentais e não-governamentais, instituições com foco nas pautas feministas e agroecológicas e movimentos de mulheres rurais, essas mulheres puderam transformar suas realidades, e se reconhecer enquanto sujeitos políticos dentro das perspectivas da agroecologia, da economia e da reprodução da vida.

O primeiro ponto que consideramos é o da produção do reconhecimento acerca das estruturas de poder patriarcais que fundamentam as desigualdades atravessadoras da vida das mulheres. No espaço rural, caracterizado por essa configuração da família enquanto unidade produtiva e reprodutiva, estabelecendo uma dinâmica social mais restrita ao espaço familiar, os afazeres

cotidianos, do manejo do roçado, cuidado dos animais, manutenção dos quintais, preparo de alimentos, organização da casa, cuidados dos filhos e parentes idosos e doentes, tomam quase todo o tempo de vida da mulher, que fica limitada e em muitos casos até impedida pelo marido de participar de atividades públicas, fora da unidade familiar. Essa organização social do espaço faz reduzir a autonomia das mulheres no acesso ao mercado, aos espaços de participação política e nas políticas públicas.

Assim, os espaços de diálogo propostos pelo processo, em que as mulheres puderam se deslocar de suas rotinas e conhecer outras experiências, identificando realidades e histórias de vida comuns, no exercício de reflexão coletiva sobre as relações de poder e opressão de que partilhavam, estendendo essa reflexão para os seus espaços na unidade produtiva familiar, lhes moveu no sentido de sua autonomia, entendida aqui a partir de Isabelle Hillenkamp (2019) como não depender de outros para tomar decisões ou atuar, o que não significa não depender de ninguém, mas criar relações igualitárias e inclusivas de interdependência.

[...] É através de relações positivas e da inclusão em certos grupos e em certas instituições que se adquire autonomia. Para tanto, a autonomia requer a renegociação das relações de poder e opressão existentes e o desenvolvimento de novas interdependências, mais igualitárias e inclusivas. A ética do cuidado (...) lança luz e reforça a necessidade de tal enfoque ao reconhecer a vulnerabilidade intrínseca da vida, humana e não humana. Esta necessidade é ainda maior em situações de alta desigualdade social (...). Nesse sentido, a autonomia não se baseia em um estado ilusório de ausência de vulnerabilidade, mas sim no reconhecimento da vulnerabilidade e na busca, nunca plenamente alcançada, de relações que garantam a proteção em pé de igualdade. (HILLENKAMP, 2019, p. 300, tradução nossa).

O ponto central na atividade produtiva e reprodutiva das mulheres permitiu questionar as práticas e as representações sociais do mundo rural que, de modo geral, se restringem a uma organização social hierárquica pautada na sobreposição dos sujeitos e das atividades atribuídas ao masculino. Com esse questionamento, ao deslocarem o olhar para o seu trabalho, as mulheres se movem para a transformação de suas realidades de escassez, depressão,

sobrecarga, e tomam o lugar de agentes de seu espaço social, produzindo sentidos e significados sobre ele.

Da mesma forma, o reconhecimento do valor monetário e social (não-monetário) do trabalho das agricultoras agroecológicas a partir do exercício de olhar para sua produção nas anotações das Cadernetas, faz aumentar a sua autonomia em relação ao contexto familiar e comunitário, e em relação ao Estado e mercado. As mulheres passaram a reivindicar os seus espaços na família, passaram a buscar mais acesso a mercados e feiras para a venda de sua produção e a reivindicar o acesso a políticas públicas muitas vezes restritas aos “chefes de família” homens.

Esse deslocamento do olhar para os quintais das mulheres como o seu espaço de vivências e práticas, no manejo e cultivo de diferentes espécies alimentícias, medicinais, ornamentais, criação de animais pequenos, agroextrativismo, entre outros, permitiu caracterizar o quintal como um espaço de produção agroecológica, onde se expressam indicadores das dimensões e princípios para os processos de transição agroecológica, em que as mulheres podem se grandes contribuintes na construção de estratégias.

Durante os seminários finais de reflexão sobre os resultados da pesquisa realizados em 2018, pudemos ouvir diversos relatos que falam por si só, como o de uma agricultora que falou que antes não era respeitada na família, mas com a Caderneta ela podia provar que trabalhava, e muito, e que a partir de então seria respeitada. Outra relatou que antes de anotar na Caderneta não se reconhecia como trabalhadora. Houve ainda uma agricultora que expressou que a valorização da produção e do consumo através das anotações lhe provocou um maior “ânimo para plantar”. Por ter percebido o que se consumia em casa, isso fez com que mudasse os hábitos alimentares da família e ampliasse a diversidade de espécies cultivadas, fazendo uma diferença positiva na economia de sua casa. Um relato marcante foi o de uma agricultora que disse que “descobriu a si própria” e que “tinha capacidade”. Outra agricultora relatou que o movimento da pesquisa “muda não individualmente, mas a casa, a comunidade”.

Essa resignificação de identidades como fruto do reconhecimento individual a partir do reconhecimento, da força e das ações de um coletivo é o segundo ponto que gostaríamos de destacar sobre as transformações na vida das mulheres rurais resultantes do projeto das Cadernetas Agroecológicas.

Ao resignificarem o conceito de saber, estreitamente relacionado à experiência coletiva de construção desse saber, seja sobre suas subjetividades, suas capacidades produtivas, suas formas ancestrais de cuidados da vida humana e não humana, as mulheres revelam e resignificam o seu próprio *ser* no mundo.

Mesmo trazendo a discussão para as bases materiais das desigualdades de gênero na divisão sexual do trabalho, queremos pontuar o caráter ontológico dessa divisão, em que o condicionamento a um papel secundário das mulheres como resultado da empreitada supremacista do patriarcado nos relegou durante muito tempo uma posição acessória dentro do próprio conceito de *sujeito* como categoria epistemológica e moral do Iluminismo.

A mulher é, neste entendimento, excluída do estatuto de sujeito (Célia AMORÓS, 2000, p. 64), não dotada de uma essência, ou de um *ser*, onde a noção de individualidade contida nesse *ser* pertencente à mesma rede de conceitos, é nula, ou melhor dizendo, anulada. Falar de uma reivindicação das mulheres a esse estatuto de sujeitos poderia representar reivindicar um espaço dentro de um universo histórica e ontologicamente não disponível a isso, e, como diz Célia Amorós (2000) em referência a Mary Wollstonecraft, pleitear o uso de uma razão de “segunda mão”.

Mas a estratégia patriarcal de anulação desse sujeito *mulheres*, apesar de efetiva, não foi, contudo, absoluta. Se pode dizer que a luta das mulheres reivindica a sua participação num conceito de sujeito não inscrito na lógica do pensamento ocidental, de uma suposta essência preexistente ou estabelecida biologicamente.

As mulheres têm criado estratégias de resistência e de existência, de se definirem independentes de uma heterodesignação, ou seja, não sendo produto do discurso masculino, que definiu o que é feminino e o que são as mulheres.

Essa ressignificação se faz a partir de sua própria vivência, e de criar essas formas de existir, adquirindo o estatuto de sujeitos sociais fundados na existência a partir de seus corpos e territórios.

Como pontua Célia Amorós (2000), o ser humano não é essência, mas existência, onde existir é lançar-se além de si mesmo para um campo aberto de possibilidades, que deve ser apropriado e realizado. Existir se identifica, portanto, com a constituição – sempre em processo – de nosso próprio ser, sendo nossa responsabilidade mais enraizada. “Somos o que escolhemos e escolhemos o que somos” (AMORÓS, 2000, p. 65).

Poderíamos dizer que é nesse movimento de transformação de si mesmas no moto-contínuo de lançar-se ao conhecer, em enfrentamento a uma estrutura que historicamente nos retirou da esfera produtiva, nos confinou na vida doméstica e nos aprisionou no próprio corpo, numa relação dialética entre as práticas e a reflexão, que as mulheres transformam também as bases materiais de sua existência.

As mulheres junto à agroecologia germinam e cultivam revoluções silenciosas no campo das subjetividades e do inconsciente, das relações, do território, da comunidade, da política e da economia, construindo caminhos de uma relação mais profunda com a natureza de que somos parte, de um desenvolvimento agrícola sustentável, de uma economia voltada para a sustentabilidade da vida e da superação da sociedade de gênero, raça e classe.

5. POETICAMENTE CULTIVA A MULHER O MUNDO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever este trabalho enquanto vivenciamos uma pandemia global do vírus Sars-Cov-2 e uma crise ecológica, política, social e moral sem precedentes na história do mundo moderno e do Brasil em específico, foi um desafio em muitos aspectos. Além do exercício de traduzir pensamentos em palavras, para convencer uma banca de que somos capazes de elaborar sobre um problema sociológico através de um pensamento crítico e fundamentado, a escolha do que falar nos posiciona politicamente frente a isso. E escolher falar de revoluções silenciosas, transformações, sustentabilidade da vida, autonomia, liberdade, arte, parece por vezes um sonho distante ou um tanto de romantismo. Mas, por acreditar na potência do sonho e da capacidade de cocriar nossa realidade, é que seguimos.

Falar de mulheres, quando num contexto de crescimento dos índices de violência de gênero favorecido pelo gozo sádico de um governo profascista, conservador dos costumes tradicionais, da bala e do machismo, que dissecou políticas públicas voltadas para as mulheres, retirou a palavra gênero das referências às violências dirigidas para este grupo, regredindo, portanto, no entendimento das identidades de gênero e à binaridade homem/mulher que exclui outras/os sujeitas/os não identificados neste modelo, além das declarações públicas de misoginia e racismo e outras tantas decisões e negligências políticas, *fake news*, laranjais e milícias que permeiam a sua chefia, é uma gota num oceano de vozes não consideradas em nossa sociedade.

Entendo que seja, portanto, além de um posicionamento político, um grito de rebeldia aos silêncios de nossa história, das mulheres e de todos os outros seres humanos e não humanos que perecem no lamaçal da degradação da vida que insiste em nos conter. Para somar e dar coro a essas vozes, este trabalho teve como proposta olhar para a vida das mulheres agricultoras agroecológicas nos seus aspectos não revelados pelo pensamento hegemônico que molda as dimensões políticas, econômicas e sociais da vida.

Assim, a partir de uma proposta feminista e agroecológica, ao lançar questionamentos para as bases do sistema patriarcal capitalista que produz desigualdades sociais no campo a partir das desigualdades de gênero e da divisão sexual do trabalho, a pesquisa das Cadernetas Agroecológicas jogou luzes para um prisma que as decompôs em múltiplas cores, revelando as dimensões da vida de diversas mulheres agricultoras espalhadas pelo território brasileiro, mostrando que a vida se constitui de uma complexa relação entre o trabalho produtivo e o trabalho de cuidados e reprodução da vida - este indiscutivelmente fundamental para a realização do primeiro - e não da hipervalorização de um em detrimento da insignificância do outro.

Esse processo coletivo de mensuração das atividades socioeconômicas e das relações de sociabilidade das mulheres agricultoras agroecológicas, que envolveu toda uma rede contínua de processos, trocas, diálogos, deslocamentos de olhares, análises e reflexões, foi frutífero em muitos aspectos. Sobretudo, pareceu cumprir a sua função dentro dos moldes de uma investigação-ação-participante, quando considera sujeitos desde o lugar que ocupam, a partir de onde desenvolvem suas culturas, e, como diria Orlando Fals Borda, estando comprometidas com aquelas/es ou aquilo que pretende compreender, se compromete também com os caminhos para alcançar a igualdade e a justiça social.

Essas pequenas transformações, que nascem individualmente a partir de um processo coletivo, crescem e reverberam na casa, na família, na comunidade, nas equipes técnicas e de pesquisa, atingem outras instâncias, produzindo transformações também nas instituições e nas políticas para o mundo rural. Permeiam do pessoal ao político, e do político ao pessoal.

Sendo assim, reverberam também sobre as formas de produção do conhecimento das ciências sociais clássicas que, ao reproduzir o pensamento colonialista ocidental, ainda sustentam o modelo de uma ciência em que o/a investigador/a ainda se coloca acima ou fora da sociedade. São caminhos também de transformar as relações que atribuem poder ao conhecimento para

relações que o percebam como um meio para coletivamente encontrarmos os sentidos da transformação social.

Nos juntamos ao projeto de uma ciência localizada, inscrita nos corpos e vida das pessoas, em sua multiplicidade, contradições, sentimentos, de uma “epistemologia e política de posições engajadas”, que não separe o sentir do pensar, e que compreenda que isto não é fragilizar o conhecer, mas potencializá-lo ao multiplicar suas dimensões e as formas de olhar para elas.

Por fim, a pesquisa das Cadernetas Agroecológicas, que reuniu uma diversidade de mulheres, de diferentes regiões, papéis sociais, costumes, crenças e saberes na materialização desses caminhos, guiou nosso olhar para a mulher agricultora agroecológica que, ao afagar a terra, conhecendo os seus desejos, conduzindo o tempo entre lançar a semente, cuidar, colher e comer, nos ensina que poeticamente podemos também cultivar um mundo novo. A poesia está aí no seu sentido etimológico mais profundo, que é o ato de criar.

Sem pretensão de ter todas as respostas, por saber que o movimento sempre nos trará outras perguntas, compreendo que sobre este estudo, há ainda muito que caminhar. O que é uma boa proposta, já que a vida é caminho. E seguimos no aprendizado e na descoberta de caminhos para canalizar nossas insubmissões e materializar nossos sonhos de uma vida mais fértil e boa. Seguimos cultivando a mulher livre, que Simone de Beauvoir disse em 1949 estar apenas nascendo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Luciana Medeiros *et al.* **Caderneta agroecológica e os quintais: Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil**. Minas Gerais: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), 2018.

AMORÓS, Celia. **Feminismo y filosofía**. Madrid: Síntesis, 2000.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4ª ed. – São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. – Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. **A dominação masculina**. – 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**, v. 2010, 2010.

BRASIL, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia alimentar para a população brasileira**. Ministério da Saúde, 2014.

BUTTO, Andrea (org.); DANTAS, Isolda (org.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192 p.

CARDOSO, Elisabeth; JALIL, Laeticia; TELLES, Liliam; ALVARENGA, Camila; WEITZMAN, Rodica. **Guia Metodológico da caderneta agroecológica**. – Recife: FIDA, 2019.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como não-ser como fundante do ser**. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: novas identidades em construção**. Estudos sociedade e agricultura, 1998.

CARRASCO, Cristina. **El cuidado como eje vertebrador de una nueva economía**. Cuadernos de Relaciones Laborales: Los cuidados entre el trabajo y la vida. v. 31, n. 1. Madrid, Espanha, 2013. p. 39-56.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

CTA-ZM. **Caderneta Agroecológica e os quintais: sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil**. – Minas Gerais: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2018. 100 p.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. – São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed., 1999.

ESMERALDO, Gema Galgani. **As mulheres sem terra e suas práticas políticas**. In: Congresso Alasru (2010), Porto de Galinhas, Brasil. 2010.

FARIA, Nalu. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural**. In: **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Di Sabbato, A.; Melo, H. P. de; Lombardi, M. R.; Butto, A. (org.). – Brasília: MDA, 2009. p. 13-27

FERREIRA, Ana Paula Lopes. **Agricultoras do pajeú: feminismo e agroecologia no semiárido brasileiro**. Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho, v. 17, n. 1, 2016.

Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). **Cadernetas agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia: resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020**. – Salvador: FIDA, 2020.

FRANCHINI, B. S. **O que são as ondas do feminismo?** in: Revista QG Feminista. 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeeed092dae3a>. Acesso em: 31/08/20. Acesso em março de 2020.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. – São Paulo: Claridade, 2011.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. – 14ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2015. 111 p.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos pagu, n. 5, p. 7-41, 1995.

HILLENKAMP, Isabelle. **¿Cultivar su autonomía? La agroecología de las agricultoras brasileñas**. Revista de Antropologia Social, v. 28, n. 2, p. 297, 2019.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo soc., São Paulo, v.26, n. 1, p. 61-73, junho 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 26 out 2020.

HOOKS, bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 16. – Brasília, jan-abr de 2015.

JALIL, Laeticia Medeiros. **As Flores e os Frutos da luta: O significado da organização e da participação política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Brasil, 2013.

_____. **Rede feminismo e agroecologia do Nordeste/** Laetícia Medeiros Jalil, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Maria do Socorro de Lima Oliveira. – 1. ed. Recife: Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste, 2017. 198 p.:il.

KERGOAT, Danièle. **Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho**. Gênero e saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 19-28, 1996.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. – Rio de Janeiro: Cobogó. – 1ª ed., 2019.

MAZOYER, Marcel. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Marcel Mazoyer, Laurence Roudart. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília: DF: NEAD, 2010.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores**. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. 192 p.

MINAYO, Maria C de S. (org.); DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 107 p.

DE MORAES, Lorena Lima et al. **Pedagogia Feminista como processo educativo para a reflexão da política pública de ATER no Nordeste**. Territórios, v. 4, n. 6, p. 07-31, 2018.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política**. Psicologia em estudo, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.

OAKLEY, Emily. **Quintais domésticos: uma responsabilidade cultura**. Revista Agriculturas, v. 1, nº 1. Nov. 2004

PACHECO, Maria Emilia Lisboa. **Agricultura familiar: sustentabilidade ambiental e equidade de gênero**. In: Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs. Recife – GT Gênero – Plataforma de Contrapartes Novib/ SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.

PERROT, Michelle. As mulheres ou o silêncio da história. – Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. Minha história das mulheres. – São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Céli Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil**. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história. Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. – 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação & Realidade. v. 20, n. 2. Porto Alegre: UFRGS/FACED, 1995.

_____. **"La querelle des femmes" no final do século XX**. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 2, p. 367-388, 2001.

_____. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

TELLES, Liliam; JALIL, Laeticia; CARDOSO, Elisabeth; ALVARENGA, Camila Rafaela. **Cadernetas agroecológicas e a contribuição econômica das agricultoras agroecológicas no Brasil**. In: **Agroecología em feminino: Reflexiones a partir de nuestras experiencias**. (Zuluaga Sánchez G, Catacora-Vargas G, Siliprandi E, coord.). La Paz: SOCLA/CLACSO, pp. 141-157, 2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 11, n. 2 - outubro de 2003.

_____. **A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural**. In: GIACARRA, Norma. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.